



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 18 DE ABRIL DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 2/XVI/1.^a.

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo BE, sobre o tema «Muito

km para pouco dinheiro: direitos para motoristas e estafetas das plataformas». Depois de o Deputado [José Moura Soeiro](#) (BE) e a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Maria do Rosário Palma Ramalho) terem aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Felicidade Vital](#) e [Filipe Melo](#) (CH),

Tiago Barbosa Ribeiro (PS), Joana Cordeiro (IL), Alfredo Maia (PCP), Carla Barros (PSD), Isabel Mendes Lopes (L), Paulo Núncio (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), Nuno Gabriel (CH), Jorge Pinto (L), Isabel Pires (BE), João Antunes dos Santos (PSD), João Ribeiro (CH) e Ana Bernardo (PS). No encerramento do debate, intervieram a Ministra do Trabalho,

Solidariedade e Segurança Social e o Deputado Fabian Figueiredo (BE).

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 2/XVI/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 11 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.
Declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Peço às autoridades o favor de abrirem as portas para o público poder ter acesso à galeria.

Pausa.

Vou pedir ao Sr. Secretário para fazer o favor de ler o expediente.
Lembro ainda que temos votações no final do debate, no segundo ponto da ordem do dia.
Faça favor, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara da entrada do Projeto de Deliberação n.º 2/XVI/1.^a (PAR) — Concessão de processo de urgência.
É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Temos no primeiro ponto da ordem de trabalhos o debate de atualidade, requerido pelo Bloco de Esquerda, ao abrigo do artigo 74.º do Regimento, sobre «Muito km para pouco dinheiro: direitos para motoristas e estafetas das plataformas».

Como sabem todos os Srs. Deputados, há intervenções de abertura por parte do requerente do debate e também do Governo. As inscrições para pedidos de esclarecimento que sejam feitas durante as intervenções serão consideradas pela sua ordem e, como é óbvio, no tempo contido para a primeira ronda, sendo que o tempo da primeira ronda é o tempo da primeira ronda, e não será acrescentado, quando não for usado, na segunda ronda, como também os tempos de tolerância que sejam utilizados a mais não serão descontados na segunda ronda.

Está compreendido? Muito bem.

Então dou a palavra ao Sr. Deputado José Soeiro, do Bloco de Esquerda, para fazer a intervenção de abertura do debate, para o que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Esta manhã abrimos as portas do Parlamento a estafetas e motoristas das plataformas digitais. Muitas dezenas de trabalhadores e parceiros vieram falar-nos das condições em que exercem a sua atividade.

São cerca de 100 000 os trabalhadores que em Portugal trabalham através de plataformas digitais. Todas estas pessoas se veem com imensas dificuldades em ter um rendimento que lhes dê para viver e pagar os seus impostos e contribuições, por conta da compressão das tarifas, por conta da percentagem que é extorquida, a cada viagem e a cada entrega, pela *Uber*, pela *Bolt*, pela *Uber Eats* ou pela *Glovo*, por conta do baixíssimo valor pago ao quilómetro e do não pagamento da distância que percorrem até irem apanhar o cliente, por causa da ausência de tarifas mínimas.

Os trabalhadores das plataformas ficam ligados durante horas à aplicação — muitas vezes, 12, 13, 14 horas por dia, todos os dias. Não têm fins de semana, nem férias pagas, nem verdadeira proteção na doença, nem no desemprego. No caso dos estafetas, estão, além do mais, particularmente expostos a acidentes de trabalho, por vezes graves, com a pressão de fazerem mais serviços, de serem mais rápidos. Estão sujeitos também a todo o tipo de violências e arbitrariedades.

Não têm uma entidade com quem falar se há um problema, apenas um *bot*, um patrão escondido atrás de um algoritmo, uma resposta automática. Muitos já foram vítimas de bloqueios injustificados por parte das plataformas, sem verdadeiro direito de defesa.

A «lei Uber», aprovada em 2018, é uma aberração e foi um fato feito à medida das multinacionais e dos seus interesses.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Muito bem!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Há um lóbi poderosíssimo, que influencia Governos, legisladores, académicos, para manter um modelo de negócio assente no poder total das plataformas e numa economia de escravos digitais construída sobre a total ausência de direitos, a exclusão do direito do trabalho, a ficção de que estas empresas são meras mediadoras entre a oferta e a procura. É um negócio assente na extorsão, por parte das plataformas, do valor criado por quem trabalha no setor, ou seja, por estafetas e motoristas. Infelizmente, os *Uber Files* não apanharam o processo legislativo português, porque senão seria, Sr.^{as} e Srs. Deputados, um caso de polícia.

A revisão da «lei Uber» estava prevista para 2022, mas até hoje não foi feita, tendo os Governos do Partido Socialista adiado sucessivamente essa revisão. Já há um documento do IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes), já há avaliações dos movimentos e associações de motoristas, mas a lei não foi revista. A nova legislação laboral, a Agenda do Trabalho Digno, também impõe a revisão da «lei Uber», precisamente porque passou a prever uma relação direta entre motoristas e plataformas, sem necessidade do intermediário— muitas vezes, o próprio trabalhador, obrigado a «empresarializar-se».

A revisão da lei é, pois, urgente, e pergunto-lhe, Sr.^a Ministra, se o Governo vai fazê-la, e quando.

A discussão sobre os direitos dos trabalhadores das plataformas e sobre a regulação desta atividade tem vindo a ser feita, ao longo dos últimos anos, um pouco por todo o mundo, e por toda a Europa também. Há uma proposta de diretiva europeia, e Portugal antecipou-se até a essa diretiva, consagrando, desde maio de 2023, a responsabilidade solidária entre plataformas e intermediários, e incluindo na lei uma nova presunção de laboralidade adaptada ao trabalho em plataformas, que também se aplica ao regime de TVDE (transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica).

Por proposta do Bloco, na especialidade, clarificou-se a que direitos devem ter acesso os trabalhadores com um vínculo laboral reconhecido. A nova lei consagrou também um novo dever patronal de transparência sobre os critérios utilizados pelos algoritmos, o que é importante para inúmeros setores — não apenas para este, mas para inúmeros setores — e tem sido uma das principais reivindicações de motoristas e estafetas, que têm denunciado o quanto os algoritmos são hoje verdadeiras caixas negras que ninguém sabe como funcionam e que não dão verdadeiro direito de defesa sobre as suas decisões.

Foi aprovada também, por iniciativa do Bloco, na especialidade, uma campanha extraordinária da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) no setor das plataformas digitais, no primeiro ano de vigência da lei. Desta campanha resultaram mais de 860 participações por parte da ACT ao Ministério Público para o reconhecimento, nos tribunais, da responsabilidade das plataformas com estes trabalhadores.

Fazemos aqui o elogio da atuação da Autoridade para as Condições do Trabalho, mas não só. Esta semana foi conhecida a operação *Express Delivery*. A Autoridade Tributária, a Segurança Social e o Ministério Público realizaram buscas nas instalações da Uber e em outros 64 locais. De entre os objetos da investigação está a evasão fiscal, em mais de 28 milhões de euros que deveriam ter sido pagos em impostos, e o não pagamento à Segurança Social das contribuições dos trabalhadores, no valor de 7,5 milhões de euros.

Mas continua a faltar muita fiscalização neste setor, e não apenas fiscalização de motoristas e parceiros, mas dos grandes — fiscalização da Uber, da Bolt, de quem está por trás das grandes frotas, de quem beneficia com as fraudes.

Hoje, os trabalhadores das plataformas vieram ao Parlamento dizer que querem ser ouvidos, porque não pode ser só o lóbi das plataformas a determinar os termos da lei. E, a partir das suas exigências, nós lançamos aqui exigências ao Governo.

Sr.^a Ministra, o Governo tem de reunir com as associações e coletivos representativos dos estafetas e motoristas. O Governo tem de promover reuniões entre as plataformas e os representantes dos trabalhadores. O Governo tem de concretizar a revisão da «lei Uber», nomeadamente para a compatibilizar com os avanços da lei laboral e da Agenda do Trabalho Digno. O Governo tem de fixar valores absolutos para tarifas-base e tem de acabar com a extorsão que hoje as plataformas fazem, estabelecendo um máximo de 15 % da taxa de intermediação. O Governo deve obrigar ao pagamento do percurso percorrido até os motoristas apanharem o cliente.

Sr.^a Ministra — e com isto termino, Sr. Presidente —, promova a apresentação e o debate público do relatório da ACT relativamente à campanha de fiscalização na área das plataformas digitais. Reveja a «lei TVDE». Exija a todas as plataformas a operar em Portugal que tenham um estabelecimento físico para atender as pessoas, a começar por quem trabalha para elas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Limite o número de licenças. E garanta o respeito pelos direitos laborais a todos os trabalhadores das plataformas.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Termine, Sr. Presidente.

Só assim podemos fazer, de um setor que se transformou num inferno para quem trabalha e num paraíso para as multinacionais, um setor onde há fiscalização, onde há regras e onde há justiça.

Aplausos do BE e de público presente nas galerias.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes e de Deputados da IL.

O Sr. **Presidente**: — Como estamos todos, se calhar, no início, devo avisar que o público que se encontra na galeria não se pode manifestar. Faz parte das regras do Parlamento que todos podem assistir, mas não é permitida qualquer espécie de manifestação.

Está certo? Muito obrigado.

Tem a palavra a Sr.^a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho, dispondo de 6 minutos.

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social** (Maria do Rosário Palma Ramalho): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sendo esta a primeira vez que me dirijo a esta Câmara, não quero deixar de endereçar uma saudação especial ao Sr. Presidente e às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados, fazendo votos de um excelente mandato parlamentar, e salientando a minha honra em estar aqui hoje perante todos, ao serviço do País. Terei a mesma honra e disponibilidade para voltar a esta Casa sempre que o solicitem, para debater os problemas e as questões que entendam colocar.

Aplausos de Deputados do PSD e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só três pessoas é que bateram palmas!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Quanto ao tema em debate, gostava de deixar três notas fundamentais: uma nota de carácter económico, uma nota de enquadramento jurídico, e uma nota relativa às preocupações do Governo e à ação governativa que estamos a prever nesta área.

A nota de carácter económico é para salientar que os problemas que nos trouxeram hoje aqui decorrem, como todos sabemos, de novos modelos de negócio viabilizados pela economia digital e das igualmente novas formas de trabalho propiciadas por esses modelos negociais. Neste caso é o trabalho dos motoristas TVDE e dos estafetas, mas podia ser qualquer outra forma de trabalho intermediada ou dirigida por plataforma digital. Noutros casos ainda será o trabalho remoto, o *smart work*, o nomadismo digital, o algoritmo e a inteligência artificial.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha o algoritmo! Esse era da secretária de Estado!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Ora, quanto a este primeiro ponto, deve ficar claro que o Governo não tem qualquer filosofia persecutória em relação a estes modelos de negócio,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — ... o que seria não só inútil, porque a revolução digital é imparável, mas também contrário ao princípio constitucional da livre iniciativa económica,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — ... além de que estas formas de trabalho, como quaisquer outras, alavancam a economia nacional e geram emprego.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — O que temos de assegurar é que, quando estes modelos de negócio envolvam o trabalho humano — porque é sempre de pessoas que estamos aqui a falar —, esse trabalho seja prestado em condições de dignidade e, no caso específico do trabalho dos motoristas TVDE e dos estafetas, também em condições de segurança e num clima de confiança para aqueles que recorrem aos serviços da plataforma.

A segunda nota que queria deixar é de carácter jurídico. No passado, havia uma clara separação entre o trabalho independente e o trabalho subordinado. Ora, as formas de trabalho propiciadas pela economia digital, incluindo o chamado «trabalho de plataforma», põem à prova esta distinção,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — ... já que podem corresponder a trabalho subordinado, a trabalho autónomo ou a trabalho economicamente dependente. E essas qualificações correspondem, naturalmente, a regimes jurídicos diversos.

Para lidar com a dificuldade de qualificação destas situações, a anterior maioria parlamentar de esquerda e o Governo optaram por promover ao máximo mecanismos legislativos que facilitam a recondução pura e simples destes vínculos a contratos de trabalho tradicionais. Vai neste sentido a nova presunção de laboralidade para trabalhadores de plataforma, consagrada na alegada Agenda do Trabalho Digno, aliás, com temeridade, porque é matéria ainda controvertida na União Europeia, e no mesmo sentido se orientou a intensa atividade de inspeção da ACT nos últimos seis meses, para regularização — esse é o termo da lei — da situação contratual destes estafetas.

Ora, quanto a este ponto, queria deixar claro que o Governo vai olhar para este problema por um novo prisma. É que é igualmente legítimo prestar este tipo de trabalho em moldes subordinados, autónomos ou com dependência económica. O que interessa, como já se disse, é que as condições de trabalho sejam dignas em todas estas situações e que o serviço seja oferecido em condições de segurança para quem a ele recorre.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Por outro lado, importa deixar claro que a situação dos motoristas TVDE é diferente da dos estafetas, ao contrário do que parece decorrer da definição do objeto deste debate parlamentar feita pelo Bloco de Esquerda.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Como sabem, a «lei TVDE» apenas permite que se inscrevam como operadores de plataforma pessoas coletivas,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — ... portanto, os motoristas ou tiveram de se empresarializar, como disse o Sr. Deputado José Soeiro,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — ... e, nesse caso, são trabalhadores autónomos, ou então são trabalhadores de uma empresa que se inscreveu na plataforma, e, nesse caso, a ser reconhecido que têm um contrato de trabalho, é com o operador de plataforma.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Diferentemente, os estafetas podem conectar-se com a plataforma diretamente ou, como quase sempre sucede, com mais do que uma plataforma ao mesmo tempo, portanto, é com ela, ou elas, que têm um vínculo contratual...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — ... que pode ser ou não um contrato de trabalho.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Isto dito, a terceira e última nota que gostaria de deixar refere-se às preocupações do Governo e à ação governativa nesta área. O Governo está obviamente preocupado com a situação que encontrou, sobre a qual, devo dizer, nem sequer temos ainda toda a informação.

Preocupam-nos as longas horas de trabalho dos estafetas e motoristas, as deficiências na proteção social e também as condições remuneratórias. Mas também nos preocupam as condições de segurança deste serviço e a sua confiabilidade para os utilizadores, bem como as denúncias de cartas de condução falsas.

Quero dizer que, quanto às questões de fraude, insegurança, ilegalidade e crime que possam ocorrer na prestação destes serviços, o Governo será absolutamente firme. Trata-se, contudo, como sabem os Srs. Deputados, de matéria que envolve a competência de vários ministérios, e algumas das coisas que o Sr. Deputado José Soeiro aqui disse não têm nada a ver com o Ministério do Trabalho e Segurança Social,...

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Isso não é culpa minha!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — ... mas posso assegurar desde já que vamos voltar a olhar para a «lei TVDE» nesta ótica.

Já as questões relativas a condições de trabalho e tempo de trabalho exigem uma abordagem diferente quando estejam em causas estafetas e motoristas, porque, como disse, a situação não é a mesma.

Quanto aos motoristas, das duas uma: ou são empresários em nome individual, e as condições em que prestam o seu serviço são definidas no contrato que têm com a plataforma, assumindo cada parte a sua responsabilidade; ou desenvolvem a sua atividade para a entidade operadora da plataforma, e, nesse sentido, temos de avaliar as condições de trabalho que têm com essa entidade.

Quanto aos estafetas, pode, de facto, atuar a presunção do Código do Trabalho introduzida na última reforma. Contudo, teremos de ter em conta, quando revisitarmos essa reforma — matéria que vamos levar rapidamente à concertação social —, que é uma apreciação muito diferente.

Por outro lado, chamo a atenção para o seguinte: em prossecução do ponto do Programa do Governo relativo à convergência entre o regime de proteção social dos trabalhadores independentes e economicamente dependentes e o regime de proteção social dos trabalhadores subordinados, será equacionado o reforço da proteção dos trabalhadores de plataforma que se enquadrem nesta situação.

Fico ao dispor de VV. Ex.^{as} para as perguntas que queiram colocar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço os cumprimentos e desejo-lhe também as melhores felicidades para o exercício da sua função. Fui tolerante e apliquei o mesmo regime de ontem, em que se acrescentou alguma tolerância à tolerância, por ter sido precisamente a primeira vez que interveio no Plenário.

Temos duas inscrições para pedidos de esclarecimento, um na sequência da intervenção do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda e outro, depois, na sequência da intervenção do Governo.

Começamos pelo pedido de esclarecimento da Sr.^a Deputada Felicidade Vital, do Grupo Parlamentar do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, o tema em debate reveste-se de particular importância, não só pela sua dimensão laboral, mas principalmente pela dimensão humana que representa. Na vertente da dimensão laboral, e para que não fiquem dúvidas, o Chega sempre defendeu e defenderá condições de trabalho dignas para todos os trabalhadores.

Srs. Deputados, a defesa dos trabalhadores deixou definitivamente de ser um exclusivo da esquerda.

Aplausos do CH.

A extrema-esquerda apenas se preocupa com a agenda globalista e com as suas bandeiras irrealistas, que são causadoras de sofrimento aos mais desprotegidos.

Senão, vejamos: o mercado está completamente inundado de mão de obra barata e sem direitos, o que facilita a escravização dos imigrantes, que ficam à mercê de habitações desumanas e trabalhos precários.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Há uma evidente conexão da política de portas abertas com as condições em que vivem estas pessoas e com o tráfico de seres humanos, que o Bloco continua a ignorar.

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.

As associações do setor já alertaram para inúmeros casos de tráfico humano e licenças atribuídas sem critério a condutores que não falam uma palavra de português.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Acresce que a segurança rodoviária está em causa, pois ninguém sabe como estes trabalhadores obtiveram licença para conduzir.

Também não podemos ignorar, de todo, o impacto que alguns destes trabalhadores, que provêm de países com culturas e sociedades muito distintas da nossa, provocam nas mulheres portuguesas.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Existem inúmeros relatos de abuso e assédio sexual contra mulheres, que não vamos tolerar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Termino só colocando duas questões, se me permite, ao Bloco de Esquerda. A primeira questão é: porque votou contra, no ano passado, o Projeto de Lei n.º 775/XV/1.^a (CH), sobre este tema, que resolveria a maioria destas questões? E a segunda pergunta é: o que propõe o Bloco para, por um

lado, resolver as condições sub-humanas em que estes trabalhadores vivem e, por outro, garantir a segurança das mulheres portuguesas?

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro.

Eu pedia, para não ter este incómodo de dizer «muito obrigado», «muito obrigado», «muito obrigado», que tentassem conter-se dentro do tempo que temos mais ou menos apontado para a tolerância, também. Isto não é agora para o Sr. Deputado em concreto, estou a falar para todos, como é óbvio.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, nós estivemos meses a debater os direitos dos trabalhadores das plataformas digitais na Comissão de Trabalho, e o Chega mal lá pôs os pés.

A Sr.ª **Isabel Pires** (BE): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aldrabão! Aldrabão!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Portanto, sobre o empenho na defesa dos trabalhadores fiquei bastante esclarecido, e acho que toda a gente ficou bastante esclarecida.

Não vou comentar os seus disparates a propósito do globalismo,...

Protestos do CH.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Machista! Disparates dizem na sua casa!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — ... mas hoje tivemos aqui dezenas de trabalhadores das plataformas digitais, de várias nacionalidades.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Tem de se retratar!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Se fosse ao contrário, já diziam que era machismo!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Digo-lhe uma coisa: na audição que fizemos, só havia trabalhadores, todos trabalhadores, de várias nacionalidades, a serem extorquidos pelas plataformas digitais, todos a lutarem em conjunto por melhores condições de trabalho, tal como aconteceu nas paralisações.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado...

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Estão ali em cima trabalhadores de várias nacionalidades, juntos, a lutarem contra a extorsão das plataformas, por melhores condições de trabalho.

Protestos do CH.

Nós estamos, Sr.ª Deputada, com esses trabalhadores, e terão oportunidade...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, agradeço que deem condições para o Sr. Deputado poder falar.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — ... de votar as 15 propostas que constam do projeto de resolução que o Bloco de Esquerda apresentará para defender todos os trabalhadores das plataformas.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sobre assédio disse zero!

O Sr. **Presidente**: — Temos um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega, na sequência da intervenção da Sr.^a Ministra.

Faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr.^a Ministra, depois de assistirmos a este número, no mínimo vergonhoso, por parte do Bloco de Esquerda,...

Aplausos do CH.

... que acusa outros partidos de populismos, e não fez mais do que um mero exercício de populismo do mais barato que há, do mais ridículo que há e do mais triste que esta Casa já viu,...

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Vocês ainda fazem pior!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... Sr.^a Ministra, as questões que tenho para lhe colocar são muito práticas e muito objetivas.

Corroborando o que a minha colega Deputada Felicidade Vital perguntou ao Bloco de Esquerda, pergunto-lhe, muito abertamente: até quando é que este Governo vai permitir a bandalheira no setor dos TVDE — e não retiro a palavra «bandalheira» —...

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... a que este Governo socialista nos conduziu até este momento?

Aplausos de Deputados do CH.

O artigo 10.º da Lei n.º 45/2018 é claro: para ser condutor da Uber, é preciso carta de condução portuguesa emitida há mais de três anos. Pergunto: quantos e quantos condutores de TVDE nem carta portuguesa têm, quanto mais há mais de três anos?

Aplausos do CH.

Segunda questão, que vem consagrada no mesmo artigo da mesma lei: ser fluente em português.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — É verdade!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Quantos — mas quantos? — motoristas TVDE nem uma palavra falam em português?

Aplausos do CH.

Protestos do BE e do Deputado do L Rui Tavares.

Sr.^a Ministra, espero que com um Governo de direita não nos deixemos levar pela embrulhada que a esquerda quer, que era termos motoristas que nem uma única palavra, no nosso País, sabem dizer na língua de Camões. Isto é inadmissível!

Vozes do CH: — Muito bem!

Protestos do BE.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E, Sr.^a Ministra, há outra coisa que eu lhe pergunto.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vou concluir mesmo, Sr. Presidente.

Como é que é admissível que alguém que anda na estrada todos os dias, com as nossas crianças, com os nossos idosos, tenha formação de 50 horas — 50 horas de formação — para ser motorista, sendo que 90 % são *online*?

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Ministra, vai-me desculpar,...

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... mas isto é uma lei feita à moda do Partido Socialista, para servir os interesses da esquerda...

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, pedia-lhe que terminasse.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... e não os interesses da população.

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês é que fizeram esta lei!

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Nós votámos contra. Vão lá ver!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Deves apanhar muitos TVDE sozinha à noite, ó Isabel!

O Sr. **Presidente:** — Pedia à Assembleia o favor de não levarmos isto tão a peito!...

A Sr.^a Ministra deseja responder. Então, faça favor.

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Melo, as perguntas que me fez põem em evidência a talvez impropriedade de chamamento aqui do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para debater uma lei que, em todas as matérias que abordou, foi uma lei do Ministério da Economia. Portanto, as coisas que evidenciou, obviamente, exigem uma abordagem pelo menos transversal para terem uma solução.

O que posso adiantar é que já falei com os meus colegas de Governo da área da Economia e das Infraestruturas, e tencionamos olhar em conjunto para esta lei em todos os aspetos envolvidos, incluindo esses

que referiu, que são sobretudo de carácter económico e que têm que ver com o próprio negócio, e não com as condições de trabalho dos motoristas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não, não!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Em todo o caso, não quero deixar de dizer que, em tudo o que signifique questões de fraude, de insegurança, de ilegalidade, este Governo será absolutamente firme na condenação das mesmas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Temos agora inscrições para intervir na primeira ronda.

A primeira é do Sr. Deputado Tiago Barbosa Ribeiro, do Partido Socialista, que tem um tempo máximo de 5 minutos.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Gostaria de começar por agradecer ao Bloco de Esquerda o agendamento deste debate, um debate que permite reiterar a centralidade que o Partido Socialista atribui à valorização dos trabalhadores, dos direitos dos trabalhadores e do trabalho digno, em especial no âmbito das plataformas e da nova economia digital.

A valorização dos direitos dos trabalhadores foi mesmo o que nós fizemos ao longo dos últimos anos, e nesse processo contámos, no essencial, com a oposição do PSD e da direita.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Correu bem!...

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Começámos em 2015...

Protestos de Deputados do CH.

Srs. Deputados, não me cabe a mim pedir silêncio, mas, de facto, a bancada do Chega não permite...

O Sr. **Presidente**: — Realmente, não cabe ao Sr. Deputado, e os apartes têm ocorrido. Portanto, faça favor.

Protestos de Deputados do PS.

Quando eu achar que não estão reunidas as condições, como é óbvio, interrompo, seja da esquerda, da direita, do centro, magro, alto ou gordo. Pedia para deixarem ouvir o orador.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vai ler o regimento!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por isso é que há um Presidente!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Muito obrigado pelo critério largo, que registamos.

Começámos em 2015 e tivemos na altura o atual líder do PSD e Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, que era então líder parlamentar do PSD, a levantar-se naquela bancada para votar contra aumentos salariais e para votar contra melhorias dos direitos laborais,...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Bem, lembrado!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — ... quando anunciavam que mais legislação laboral, que melhor legislação laboral iria prejudicar os direitos dos trabalhadores.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Bem, lembrado!

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — E os cortes?!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Tivemos, não há muito tempo, o atual Ministro das Finanças do PSD, a dizer que o aumento do salário mínimo, que foi aprovado pelo Partido Socialista, deveria ser substancialmente inferior àquele que aprovámos e que, hoje em dia, beneficia um número significativo de trabalhadores.

Mas enquanto o PSD desistia, o PS avançou. Avançou e os resultados ao longo dos últimos anos falam por si.

Vozes do CH: — Ah...!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Tivemos mais um milhão de trabalhadores entre 2015 e 2023; passámos de 17,1 % de jovens que não estudavam nem trabalhavam em 2015 para 8,9 % no ano passado, abaixo da média europeia;...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O debate é sobre o TVDE.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — ... temos mais de 72 000 jovens com formação superior com contrato de trabalho efetivo; temos mais 605 000 trabalhadores com contratos sem termo entre 2015 e 2023; o desemprego registado atingiu um nível mais baixo de sempre no ano passado; o aumento da remuneração média foi de 28 %;...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Hoje é sobre TVDE! Isso é para amanhã, enganaste-te na folha!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — ... o salário mínimo aumentou 62 %; a contratação coletiva atingiu máximos de sempre em 2023; e a segurança social teve um ganho de 17 anos face ao Orçamento do Estado de 2015.

Aplausos do PS.

Certamente que estes números, que foram tão duramente criticados pelo PSD, serão facilmente ultrapassados ao longo dos próximos meses e cá estaremos para fazer esse escrutínio e esse combate.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O debate é sobre o TVDE.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Mas estes números não surgiram por acaso, estes números surgiram em resultado de políticas públicas que foram adotadas pelos Governos do Partido Socialista.

Gostaria de destacar o Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos e a Agenda do Trabalho Digno já aqui referenciada.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O debate é sobre o TVDE.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Nesse âmbito, implementámos medidas muito significativas, como: o reforço dos direitos dos trabalhadores em serviço doméstico e cuidadores informais; o alargamento aos trabalhadores em regime de *outsourcing* das mesmas condições dos trabalhadores abrangidos pela contratação coletiva nas mesmas empresas;...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O debate é sobre o TVDE.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — ... o combate ao recurso abusivo do trabalho temporário; o aumento da remuneração por trabalho suplementar; o aumento da compensação por cessação de trabalho; o aumento

do número de faltas justificadas por falecimento de cônjuge; a proteção de milhares de trabalhadores nas plataformas digitais; o aumento da remuneração dos estágios profissionais; a redução do período experimental para jovens.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O debate é sobre o TVDE.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Tudo isto foi feito por iniciativa do Partido Socialista, entrou em vigor no ano passado e não contou com os votos favoráveis das bancadas da direita.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Chamem o Uber e levem o homem que ele está baralhado!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — No âmbito específico dos trabalhadores das plataformas, a Agenda inclui normas, já aqui referenciadas, que permitem a presunção do contrato de trabalho, a presunção de laboralidade no âmbito da plataforma digital, mas também outros pontos relevantes, nomeadamente no âmbito dos algoritmos e da inteligência artificial, tendo ainda ficado definido um conjunto de inspeções específicas por parte da ACT, a quem cumpre apresentar um relatório a esta Assembleia da República.

Estes são ganhos significativos que podem e devem ser aprofundados, que contam com o Partido Socialista para o seu aprofundamento e não podem, jamais, como aqui ouvimos na intervenção da Sr.^a Ministra, compor um programa de retrocesso social, de retrocesso laboral, que vai atingir não apenas os trabalhadores de plataformas, mas todos os trabalhadores do País, e isso o Partido Socialista não está disposto a acompanhar.

Portanto, sendo a primeira intervenção da Sr.^a Ministra nesta Assembleia, em função daquilo que foi dito e atendendo ao tempo de que o Governo ainda dispõe, deixo três questões para as quais parece importante que este debate seja clarificador.

Em primeiro lugar, atendendo ao que referiu para os trabalhadores das plataformas, gostaríamos de confirmar se o que aqui nos traz é basicamente a anulação, ou — pelo menos, assim entendemos — o acabar com a presunção de laboralidade, e se não vai reverter melhorias que implementámos neste domínio na Agenda do Trabalho Digno.

Em segundo lugar, referiram no vosso Programa do Governo que pretendem visitar a Agenda do Trabalho Digno e gostaríamos de saber em que sentido e mudando, concretamente, o quê.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sobre TVDE, alguma coisa a dizer?!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Em terceiro e último lugar, o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, já disse que pretende rever o acordo de rendimentos, atrasando em três anos aquilo que o Partido Socialista conseguiu para 2027, ou seja, um salário médio de 1750 € em 2027.

Portanto, gostaríamos de saber se irão corrigir esta perda salarial, que já anunciaram para os trabalhadores portugueses, procurando, enfim, visitar o Acordo, mas sempre na perspetiva de o melhorar e não de o prejudicar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Quem é que no PS vai falar sobre TVDE?!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal, que dispõe de três minutos.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começamos por uma verdade, as plataformas digitais foram uma das maiores inovações em serviços da última década.

De acordo com o INE (Instituto Nacional de Estatística), o volume de negócios do transporte ocasional de passageiros triplicou entre 2013 e 2022,...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Facto!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — ... criaram-se mais de 10 000 empresas e cerca de 28 000 empregos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Facto!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Cresceu a economia e cresceu a receita fiscal,...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Facto!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — ... duas coisas que o Bloco de Esquerda não sabe de onde vêm, mas acha que sabe para onde devem ir.

Aplausos da IL.

Protestos de Deputados do BE.

São muitas vezes estas plataformas as primeiras a dar oportunidade de trabalho a muitos dos imigrantes que chegam a Portugal. E por mais que o Bloco de Esquerda o saiba, acaba a aliar-se ao Chega.

Aplausos da IL.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Por amor de Deus! O BE?

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — O Bloco de Esquerda e o Chega confirmam assim, mais uma vez, serem duas das forças anti-inovação deste Parlamento.

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Por amor de Deus!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Ambas duas faces do mesmo País parado no tempo. Hoje, temos acesso a serviços de transporte particular e, sim, mais seguros, mais fiáveis, onde tudo fica registado...

A Sr.ª **Mariana Leitão** (BE): — Claro!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — ... — nomes, caras e veículos —, e podemos aceder a serviços de entrega mesmo nos momentos mais duros, como foi o caso durante a pandemia.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Os portugueses sabem que têm serviços melhores, mas há sempre quem seja contra eles.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Não há problemas nesses serviços?!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, compreendemos e respeitamos, obviamente, as várias reivindicações dos trabalhadores das plataformas, que apenas querem melhorar os seus rendimentos e as suas condições de trabalho, mas sejamos claros: muitas dessas reivindicações podem e devem ser resolvidas como nas sociedades avançadas, devem ser concertadas entre os trabalhadores e negociadas no âmbito do setor.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Ou seja, resolvam!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — E, sim, este setor podia funcionar melhor através de uma legislação clara, equilibrada no plano concorrencial e assente na iniciativa.

Sr.^a Ministra, temos a oportunidade de visitar a agenda laboral que o Partido Socialista e a esquerda radical impuseram ao País e esperamos que este Governo aproveite esta oportunidade e não perpetue a cruzada da esquerda contra uma economia que não compreende, porque não quer, e que procura moldar à imagem das relações laborais próprias da indústria do século XIX e não da realidade de hoje, que procura facilidade na entrada, flexibilidade no trabalho e agilidade no serviço.

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — O que não podemos aceitar é que seja a Assembleia da República a definir o preço ou as comissões neste ou em qualquer outro serviço.

Aplausos da IL.

Esta é uma visão de sociedade que não só é anacrónica como é destrutiva. É destrutiva para a economia, destrutiva para o emprego, inibidora dos trabalhadores, onde nada se ganha e todos perdem, e para isso não contem com a Iniciativa Liberal.

Aplausos da IL.

Protestos do CH e do BE.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, faz parte do debate democrático conseguirmos ouvir-nos uns aos outros. Só quero lembrar isto: faz parte do debate conseguirmos ouvir-nos uns aos outros, para depois rebater as ideias. É isso que se espera. Temos de nos ouvir uns aos outros, senão é difícil.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Ministra: Lamento informar-vos que o estafeta que ontem à noite vos levou a casa o conforto de uma ceia é um escravo dos tempos modernos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vocês cabem todos num Uber!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — São trabalhadores altamente explorados, muitos deles imigrantes que procuram melhores condições de vida e direitos justos, incluindo o acolhimento e a integração.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Chegam à porta do restaurante, teleguiados por um dispositivo eletrónico omnipresente...

Vozes do CH: — Oh...!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... e onipotente que tudo lhes determina e controla...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É um telemóvel!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... e logo disparam a toda a velocidade. Trabalham 10, 12, 14, 16 horas,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Que informação dramática!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... as que vierem, enquanto o corpo resiste ao sono e ao cansaço, encavalitados em motoretas ou em bicicletas em risco constante, girando pela cidade com um parco rendimento de 20, 30, 40 € por dia — em alguns casos, algo mais, se a coisa correr bem.

É forçoso que a receita dê para o empréstimo da motorizada, ou para o aluguer da motocicleta e do capacete — há casos assim —, para a gasolina, para o quarto, onde tentam enganar o sono 10 ou 12 pessoas, por junto ou à vez, para cobrir os riscos de um acidente ou os riscos inerentes à exigência do pagamento em numerário. Tudo serve para fazer em trapo quem já está espezinhado.

Nada lhes pertence de facto, nem a vida de tão precária, mas a ilusão está montada: alugam contas de utilizadores já registados nas plataformas não por matreirice, mas porque o sistema o impõe; são compelidos à aparência de prestadores de serviços ou de trabalhadores autónomos; são, enfim, explorados.

É assim a vida de dezenas de milhares de estafetas das plataformas, mas também, com algumas adaptações, de milhares de motoristas de TVDE. Uns e outros escravos da era digital, submetidos aos requintes da sofisticação da exploração capitalista, do trabalho barato e descartável que urge combater, uma tarefa que conta e contará com as propostas e o empenho do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — De quem?!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr.^a Ministra, o PCP escutou com atenção as suas palavras, mas gostaríamos de saber, em concreto, o que pretende fazer para proteger, efetivamente, estes trabalhadores.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, obrigado pelo rigor no cumprimento do tempo.

Também para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Carla Barros, do Partido Social Democrata, que dispõe de 5 minutos.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dr.^a Maria do Rosário Palma Ramalho: Apresento-lhe as nossas saudações, a si e a toda a equipa, bem como ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Dr. Adriano Rafael Moreira, aqui presente.

O elenco desta equipa governativa, pela sua experiência política, técnica e académica, dá a este Parlamento a certeza de que resultarão sempre as melhores decisões políticas que trarão excelentes frutos para o País e para o mundo laboral, em especial para os trabalhadores, para as suas famílias, para as empresas e para as instituições.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, saudamos o Bloco de Esquerda pelo agendamento deste tema para melhoria da situação dos motoristas e estafetas das plataformas digitais. Um setor que muitos trabalhadores já encaram como forma de obtenção de um segundo rendimento, também um extra, que lhes permite levar para casa mais dinheiro para fazer face ao elevado custo de vida, especialmente nas grandes cidades.

Temos de conseguir fazer pelo mundo laboral, pelos trabalhadores e pelas empresas aquilo que o PS não fez nos dois últimos ciclos governativos nem em décadas de governação do País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, advertimos até à exaustão — e é nesse tema que também podemos enquadrar o assunto dos motoristas e dos estafetas das plataformas digitais — quanto à suposta, autointitulada, alegada

«Agenda do Trabalho Digno», tão contestada pelos parceiros sociais, com quem o anterior Governo não dialogou, tendo dispensado por completo o consenso tão importante da concertação social.

Essa pressa e esse desrespeito do Partido Socialista produziram mais confusão no Código do Trabalho, sobretudo com o seu artigo 12.º-A que trata a nova presunção da laboralidade no âmbito das plataformas digitais, contra o qual o PSD votou por ter uma redação pouco clara, nada objetiva e muito ambígua — aliás, manifestámos uma posição precisamente na linha da redação final da Diretiva comunitária sobre o tema.

Estranhámos muito, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que o Bloco de Esquerda, com autoria nesta redação juntamente com o Partido Socialista, venha agora correr atrás do prejuízo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Não é correr atrás do prejuízo!

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Da parte do Governo, como já tivemos oportunidade de testemunhar pela intervenção da Sr.^a Ministra, estamos muito certos do caminho que queremos dar a estas matérias laborais: ser credíveis e ter presente o nosso programa eleitoral e o nosso Programa do Governo.

O nosso Primeiro-Ministro, o Dr. Luís Montenegro, já garantiu aos portugueses, já deu a garantia aos trabalhadores e às empresas, que o nosso lema é a proteção social. Repito: proteção social, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Todos os trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores independentes, mas economicamente dependentes de uma entidade, verão mais harmonia e justiça nos momentos das suas vidas em que a segurança social jamais poderá falhar: em situação de desemprego, de maternidade, de doença, de paternidade, pensão ou reforma.

Orgulhamo-nos da nossa ação na governação do País; e os portugueses bem se lembram. Quem permitiu, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que os trabalhadores nos apelidados «recibos verdes» viessem a ter direito ao desemprego? Quem foi, Sr.^{as} e Srs. Deputados?

Vozes do PS: — Oh!

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Quem criou o subsídio de desemprego para os prestadores de serviços?

Protestos de Deputados do PS.

Pois é, não gostam de lembrar, eu sei, eu sei.

Risos de Deputados do BE e do PCP.

Os Srs. Deputados sabem que foi o PSD, que foi o Governo do Dr. Pedro Passos Coelho, em 2012.

Aplausos do PSD.

A nossa bandeira da proteção social sobre quem mais precisa jamais será esquecida.

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS.

Termino, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Conosco as soluções serão sempre para que o sistema se adapte à realidade e não para imposição de ideologias bloqueadoras da economia e das relações laborais.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre, com um tempo disponível de 3 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L) — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados: Queríamos agradecer ao Bloco de Esquerda pela marcação deste debate tão necessário e tão urgente.

Lembram-se certamente de como tudo isto começou. Há 15 anos, nasceram uma série de plataformas da chamada *gig economy*, ou economia da partilha. Prometiam-nos uma inovação no mercado, em que poderíamos ceder o sofá de nossa casa para outras pessoas lá ficarem, ou partilharmos o nosso carro por um pouco mais de dinheiro. Nascia de uma ideia de uma economia de partilha, em que, todos juntos, criávamos comunidade.

Mas, rapidamente, esta suposta benevolência partilhada por muitos transformou-se num mercado que beneficia muito poucos. Da economia da partilha passámos para a economia da exploração.

O que hoje aqui debatemos é isso mesmo, a exploração de muitos por parte de poucos, e é essa a inovação que, pelos vistos, a Iniciativa Liberal defende.

Protestos das Deputadas da IL Joana Cordeiro e Mariana Leitão.

Temos trabalhadores desprotegidos a trabalhar demasiadas horas e a fazer demasiados quilómetros por muito pouco. Sim, porque são trabalhadores — e não prestadores de serviços — de empresas mundiais, que têm sobre eles um controlo tão grande que estes ficam, na verdade, sem opção de escolha; empresas com um poder tão grande que influenciam políticas a nível mundial. Que liberdade é esta?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L) — Temos empresas que, conforme notícias que vieram a público esta semana, são suspeitas de fraude nos pagamentos à segurança social de que estes trabalhadores necessitam, e que também são a base do nosso sistema social.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade, mas a trabalhar para outros não fazerem nada!

Protestos do Deputado da IL Bernardo Blanco.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L) — Que liberdade é esta? É a liberdade de uns à custa da prisão de tantos. A isso não se chama liberdade; é egoísmo e é uma visão de sociedade que rejeitamos completamente.

Aplausos do L.

Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, estes trabalhadores precisam de soluções urgentes. As reivindicações são justas e é urgente dar-lhes resposta. Precisamos de garantir mais regulação e mais fiscalização das suas condições de trabalho, é necessário aumentar os pagamentos por quilómetro, diminuir as comissões, é urgente combater a precariedade laboral e social a que estes trabalhadores estão sujeitos.

Condutores de TVDE e estafetas estão nas mãos de empresas sem rosto. E esta não é uma discussão exclusiva do nosso País, é uma discussão em todo o mundo, incluindo na Europa, e é assim que tem de ser. Mas Portugal não pode esperar pelo resto do mundo, é preciso regular este mercado em Portugal, protegendo estes trabalhadores e garantindo que estas empresas e plataformas não canibalizam o seu trabalho, não canibalizam o espaço nas cidades, não canibalizam o sistema de transportes públicos.

Esta é a altura para regular. A digitalização não é desculpa para aceitarmos condições de trabalho desumanas, desequilíbrios de poder entre empregadores e empregados. A digitalização não é desculpa para deixarmos desprotegidas aquelas pessoas que, muitas vezes, são também das mais vulneráveis da nossa sociedade.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L) — É responsabilidade desta Assembleia regular este mercado; mas, Sr.^a Ministra, é também responsabilidade do Governo.

E é certo que este é um assunto de economia, de mobilidade, de ambiente, mas também é um assunto muito sério de trabalho. E o Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social não se pode desresponsabilizar. Como vai garantir que estes milhares e milhares de trabalhadores não continuam nesta prisão de exploração?

Aplausos L.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Núncio, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, para uma intervenção. Dispõe, também, de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em matéria de plataformas digitais, o CDS sempre defendeu esta atividade ao longo dos anos — na oposição ou em funções governativas —, no quadro de um mercado regulado, vendo sempre com bons olhos a inovação, a modernidade e o futuro trazidos por estas plataformas, mas, ao mesmo tempo, nunca deixando para trás outras atividades, como a dos taxistas.

A nossa posição baseia-se em três vetores fundamentais que se relacionam entre si: a fiscalização efetiva, a regulação do mercado e a promoção do trabalho digno.

Em primeiro lugar, em matéria de fiscalização, registamos que a entidade que regula os motoristas, a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, divulgou ontem um relatório sobre a sua atividade de fiscalização, onde propõe a revisão da Lei n.º 45/2018.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Já a propõe há muito tempo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Somos sensíveis a esta posição. Desde logo, o CDS defende uma fiscalização efetiva destas atividades. Se essa ação tiver necessariamente de passar por uma revisão da lei, estamos disponíveis para ponderar as conclusões dos pareceres das entidades reguladoras no setor, de forma a melhorar o funcionamento deste mercado em estreita colaboração com aquelas entidades reguladoras.

Preocupa-nos também a regulação deste mercado. O CDS é, e sempre foi, a favor de estimular e promover as novas tecnologias, a economia digital e os novos modelos de negócio, geradores de crescimento económico, mas sem deixar para trás outras atividades, como a dos táxis — que continua a ter uma importância decisiva no setor da mobilidade.

Por outro lado, estamos abertos a avaliar a criação de incentivos à conversão energética para veículos de transporte de passageiros como forma de promover um crescimento mais sustentável.

O CDS é também, e em particular, favorável à implementação de mecanismos que garantam a proteção dos direitos dos passageiros na utilização dos serviços de transporte e através de plataformas digitais, de forma a salvaguardar o bom funcionamento do mercado e a segurança dos utilizadores.

Em suma, e face a mais uma pesada herança da governação socialista, que penalizou fortemente esta atividade, o CDS está aberto a visitar os critérios aplicáveis ao funcionamento desta atividade mediante uma análise aprofundada dos pareceres dos reguladores.

Defendemos um mercado regulado, livre de complexos ideológicos, intenções persecutórias ou revisionismos históricos,...

Risos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

... que respeite o emprego e trabalho digno, composto por agentes económicos que prestem um serviço de qualidade num ambiente concorrencial.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Saudamos, por isso — e para terminar, Sr. Presidente —, o Governo, e em particular a Sr.^a Ministra, relativamente ao propósito de rever o enquadramento legal deste mercado e combater com mão firme as situações irregulares e de fraude.

É assim que se governa e é assim que se marca a diferença face a um governo anterior, a um governo absolutamente incompetente também nesta atividade.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real do PAN, com uma gestão eficiente de 1 minuto.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Começo por agradecer ao Bloco de Esquerda ter-nos trazido este debate, que é da maior relevância. As plataformas que discutimos aqui hoje foram, de facto, fruto da inovação, mas não nos podemos esquecer de que, apesar da comodidade que acabam por gerar para a sociedade, há, de facto, muitas pessoas por detrás destas plataformas.

São várias vidas de trabalho, vários esforços que aqui são levados a cabo, e tem de se pensar em como é que se pode garantir uma maior qualidade e segurança nas condições de trabalho. É que se é certo que, em regra, falamos de pessoas que têm um complemento aos seus trabalhos, também falamos de pessoas que são imigrantes e que veem nestes trabalhos uma forma de acederem a outras condições de vida.

Precisamos de lutar pela condição de trabalho digno, mas, tendo em conta que no mês passado os Ministros do Emprego e Assuntos Sociais da União Europeia assinaram um compromisso precisamente sobre a Diretiva referente ao trabalho das plataformas — que tem por objetivo salvaguardar os direitos laborais de cerca de 28 milhões de trabalhadores que se estima estarem presentes nestas plataformas —, gostaríamos de saber qual a posição do atual Governo relativamente a este compromisso e qual a estratégia que vão adotar para uma maior fiscalização e também para melhores condições de segurança no trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado José Soeiro, para completar o tempo que tem disponível.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No futuro que queremos há inovação, aplicações e plataformas digitais,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

Vozes da IL: — Não, não!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — ... mas elas não são a desculpa para regressarmos ao passado.

No futuro que queremos, ninguém é obrigado a trabalhar 14 horas por dia, todos os dias da semana, para conseguir sobreviver. No futuro que queremos, as pessoas que tenham um acidente de trabalho ou que fiquem doentes não ficam sem nenhuma proteção, como hoje acontece aos trabalhadores das plataformas.

Protestos das Deputadas da IL Joana Cordeiro e Mariana Leitão.

No futuro que queremos, não há ninguém atirado para o lado de lá do Direito do Trabalho, dos direitos humanos, do respeito pelos direitos que foram conquistados para quem trabalha.

A Sr.^a Ministra falou aqui das condições de trabalho, mas as condições de trabalho também têm que ver com as regras da própria atividade. Portanto, as condições de trabalho são direito laboral e são a definição das regras da própria atividade.

Gostava de saber se o novo prisma do Governo pode começar por incluir, por exemplo, a Sr.^a Ministra a envolver os trabalhadores na revisão da lei; ou vão ser só as plataformas a ser ouvidas?

A Sr.^a Ministra vai obrigar as plataformas a reunir com os trabalhadores?

Protestos da IL.

Vai promover a contratação coletiva neste setor, como diz a proposta de Diretiva europeia? A Sr.^a Ministra está disponível para fixar uma taxa de 15 % pela intermediação das plataformas, ou vamos continuar a assistir à extorsão que hoje acontece? Está disponível para obrigar a que as plataformas tenham um estabelecimento físico, presencial, em Portugal, para que os trabalhadores tenham alguém com quem falar e a quem se dirigir?

Está disponível para intervir no sentido de impedir o despotismo dos bloqueios sem defesa, verdadeiros despedimentos sem justa causa, ilícitos, sem qualquer capacidade de resposta por parte dos trabalhadores? Sim ou não?

Sr.^a Ministra, creio que trouxe aqui um equívoco: a Agenda do Trabalho Digno e o artigo 12.^o-A, presunção de laboralidade, aplica-se ao setor TVDE. Está claro, está escrito no n.º 12 do artigo 12.^o-A. Esta presunção de laboralidade aplica-se ao setor TVDE, não há dúvida sobre isso. A «lei Uber», Sr.^a Ministra, não está escrita na pedra, a lei portuguesa atual já definiu que esse fato feito à medida das multinacionais é para ser alterado.

Portanto, pergunto-lhe, muito concretamente:...

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — ... vai ou não alterar a «lei Uber» para a compatibilizar com a Agenda do Trabalho Digno? É porque, Sr.^a Ministra, não pode dizer que vai ser firme com as ilegalidades, exceto se forem ilegalidades laborais.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Porque a nossa expectativa e a de todo o Parlamento, creio, é que a Sr.^a Ministra seja Ministra do Trabalho e não «ministra das plataformas».

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tenho registada a inscrição da Sr.^a Ministra para intervir. Dispõe de 8 minutos e 33 segundos.

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Sr. Presidente, muito obrigada a todos os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas pelas questões que fizeram o favor de colocar e a que vou tentar responder.

Sr. Deputado Tiago Ribeiro, agradeço as suas questões. Devo dizer-lhe que não tenho uma visão tão otimista sobre os grandes progressos no universo laboral dos últimos anos.

Protestos de Deputados do PS.

Temos, efetivamente, um País de trabalho pouco qualificado, de longas horas, baixos salários, em que o salário médio é próximo do salário mínimo, portanto, isso não me diz grande coisa sobre as condições de trabalho que temos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Também temos um setor empresarial dominado por microempresas que têm poucos recursos para formação profissional, nomeadamente na área das tecnologias de ponta, que hoje são relevantíssimas.

Por fim, temos uma legislação laboral que o Partido Socialista, ao longo destes anos, desde 2015, como bem refere, adaptou muito mal à evolução do mercado de trabalho e das novas formas de trabalho, porque tudo

procurou reconduzir a uma relação de trabalho de tipo fabril, que já não existe há muito tempo. O exemplo que temos relativamente aos trabalhadores de plataformas é exatamente demonstrativo do que acabo de dizer.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Olhe que não, olhe que não!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Também temos um País de que um terço dos jovens foge: os jovens mais qualificados. Isso também, Sr. Deputado, pouco me diz de bom sobre as grandes condições de trabalho que, no seu entender, o PS promoveu na última legislatura, e também a maioria de esquerda que tivemos aqui nos primeiros anos.

Por fim, tivemos uma concertação social que foi muito desdenhada na efetiva aprovação dos diplomas laborais. Alguns não foram lá, a «lei TVDE» é um exemplo do que não foi lá, porque até é do setor da economia; noutros casos, os diplomas foram lá, como é o caso da alegada Agenda do Trabalho Digno. Mas, afinal de contas, o que ficou, no final, na lei é bastante diferente para além do que foi concertado.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Vamos falar de acordo de rendimentos!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Portanto, não podia deixar de lhe dizer que, relativamente a este quadro fantástico que traçou, com a devida vénia, não concordo com ele.

Protestos do Deputado do PS Tiago Barbosa Ribeiro.

E isto permite-me passar diretamente à resposta à sua pergunta. Sobre visitar a Agenda do Trabalho Digno, não quero deixar de responder, embora o Sr. Deputado tenha gastado algum tempo, sobretudo a fazer o retrato da coisa e, portanto, também fiz o meu retrato, com certeza que o posso fazer.

Protestos do Deputado do PS Tiago Barbosa Ribeiro.

Mas vamos lá às respostas.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Não sei quais são as suas!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Revisitar a Agenda do Trabalho Digno é exatamente o que a expressão indica: visitar. Porque este Governo vai fazê-lo através da concertação social e,...

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Tiago Barbosa Ribeiro.

... portanto, o que vier a ser determinado na concertação social é o que será revisitado na Agenda do Trabalho Digno.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Foi aprovado no Parlamento!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — É por aí que vamos começar, em vez de fazermos uma concertação social, peço desculpa, «para inglês ver», e depois pomos na lei o que não estava lá.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Alegadamente visitar!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Vamos acabar com a presunção de laborabilidade do artigo 12.^o-A, e neste ponto estou também a responder ao Sr. Deputado José Soeiro.

Depende do que os parceiros entenderem, porque, como digo, o diálogo será ali. É muito cedo, faz hoje exatamente 15 dias que estou em funções, não posso, obviamente, ter veleidades de ter aqui algo muito afirmativo sobre isso.

Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.

Queria aqui dizer uma coisa muito claramente: em certa medida, a última versão da proposta de diretiva que foi aprovada é apenas um acordo preliminar para outro acordo, não é mais nada e, se calhar, já alterou um bocadinho a presunção, tal como ela estava na versão anterior.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Olhe que não!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Portanto, esta consagração da presunção do artigo 12.º-A foi feita pelo Governo do PS de forma muito temerária, e muitas pessoas o disseram nessa altura.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Chama-se dignidade pelas pessoas e pelo trabalho!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Porquê? Porque esta matéria não estava de todo em todo consolidada no direito europeu. E a verdade é que o desenvolvimento das negociações europeias, neste campo, demonstrou quão temerária tinha sido aquela solução.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Mas há uma lei portuguesa! Tem de ser cumprida!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Porque agora, a solução que está em discussão, a proposta que está em discussão já é diferente. Há uma lei portuguesa, por isso mesmo — se mais não fosse, por essa razão —, ter-se-ia de visitar, porque afinal fizemos uma lei portuguesa, como diz, antecipando um regime europeu, que afinal de contas não vai ser aquele, nem sei se vai ser algum. Portanto, evidentemente vamos visitar.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Mas a lei portuguesa existe! O Governo tem de a cumprir!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — E vai cumprir enquanto ela estiver em vigor. Mas, a sua pergunta foi: vamos visitar? Sim, a resposta é sim, e sim em razão do que os parceiros na concertação social disserem. Portanto, é isto que será visitar a Agenda do Trabalho Digno.

Protestos do Deputado do BE José Moura Soeiro.

Quanto ao acordo de rendimentos, para não fugir à sua pergunta, que foi efetivamente celebrado no âmbito da legislatura anterior, foi celebrado para o tempo previsível dessa legislatura, ou seja, está lá bem delimitado que é de 2022 a 2026. Esse era o tempo que se previa.

Protestos do Deputado do PS Tiago Barbosa Ribeiro.

Infelizmente, Sr. Deputado, não foi o tempo. Entrámos numa nova legislatura a partir de 2024 e, portanto, faz todo o sentido agora olhar de novo com os parceiros sociais, da concertação social, para um novo ou um revisto acordo de rendimentos, mas para o tempo desta legislatura, que é 2024-2028. É isso que vamos fazer.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Atrasa três anos!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Sr. Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal, agradeço também as suas questões. Como já disse na minha intervenção inicial, o Governo

não tem qualquer filosofia persecutória em relação a estes modelos de trabalho que, aliás, radicam no princípio fundamental da liberdade contratual e no princípio constitucional da livre iniciativa económica e, por outro lado, também porque nos parece que é sempre impossível. Esta é uma realidade que se nos impõe.

Como também disse a Sr.^a Deputada Carla Barros, o sistema tem de se adaptar à realidade, não é a realidade que tem de se adaptar ao sistema. Normas como a presunção de laboralidade, na forma como foi incluída, significam uma pré-compreensão de que todos os vínculos têm de responder àquele modelo e, portanto, vamos todos fingir que todos os contratos são iguais, todos os vínculos são iguais e todos os trabalhadores, estafetas e motoristas, têm a mesma situação. Alguns serão trabalhadores subordinados, outros não.

O que interessa, como disse na minha intervenção, é garantir a todos condições de trabalho justas e dignas, mas na medida daquela que seja a sua situação concreta, que se calhar é diferente de outra situação.

Tenho de terminar, peço muita desculpa ao Sr. Presidente, mas a gestão do tempo não é o meu forte. Cortar-me-á a palavra.

Quanto às outras críticas, quanto às questões de carácter económico, sim, o Governo está disponível para, juntamente não só o Ministério do Trabalho, mas todos os outros ministérios que, obviamente, têm relevo aqui, voltar a olhar para a «lei TVDE.» Eventualmente, até com base no relatório do IMT, referido pelos Srs. Deputados, que foi publicado ontem, mas atenção, na perspetiva de respeitar a autonomia contratual e, ao mesmo tempo, conseguindo com isso garantir boas condições, condições dignas, a todas as pessoas que trabalhem, seja porque têm uma relação laboral e, portanto, através da tutela laboral, seja através da proteção social a que também têm direito, mesmo que sejam trabalhadores independentes ou trabalhadores economicamente dependentes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Vamos entrar na segunda ronda. Repito: vamos entrar na segunda ronda. Estou a repetir porque a gestão do tempo foi tão eficaz que ninguém tem nada a dizer na segunda ronda.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Tem, tem! Muito! Temos muito!

O Sr. **Presidente**: — Então, peço que se inscrevam porque não temos aqui inscrições.

Pausa.

Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português, com os 3 minutos disponíveis na segunda ronda.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Confirma-se, as plataformas que exploram dezenas de milhares de estafetas e motoristas da TVDE fintam a lei e lançam mão de todos os artifícios e de todas as falhas.

Como o PCP advertiu, as alterações ao Código do Trabalho não resolveram os problemas, alimentando, até, a ambiguidade judicial. Como o PCP avisou, a «lei TVDE», encomendada pelas multinacionais, veio agravar os problemas.

Hoje mesmo, apresentámos um projeto com vista à suspensão da emissão de novas licenças até à revisão dessa lei. Um ano após a mal chamada Agenda do Trabalho Digno, o negócio manteve em larga escala o modelo fraudulento do falso trabalho independente. As decisões dos tribunais favoráveis aos trabalhadores arrastam-se de recurso em recurso.

Ora, na proteção dos mais frágeis devemos inverter o ónus da prova. Quando o trabalhador alega a existência de uma relação subordinada e o empregador contrapõe a de uma relação de trabalho independente, há que tratar o trabalhador como tal, até que a decisão judicial confirme ou ilida a presunção de laboralidade.

Há que garantir aos trabalhadores — estafetas e motoristas — o direito a contrato de trabalho, a horário, a regime de folgas e de férias, a salário e a subsídios. Há que rever as normas imperfeitas do Código, como a da presunção de laboralidade, que apenas prevê a verificação de algumas «das condições», como a da propriedade dos meios. Tal requisito volta-se contra os trabalhadores: a motorizada ou o automóvel podem ser propriedade

sua, ou encargo de aluguer seu, mas a subordinação laboral é inequívoca; assim como correm por conta dos estafetas, quando deveriam caber ao empregador, as condições de segurança e saúde no trabalho, e especialmente o risco de acidentes — 17 vezes mais elevado do que em outras atividades.

A apressada revisão do Código introduziu normas redutoras sobre a previsão do algoritmo como meio de suporte ao recrutamento, direção e organização do trabalho. Urge ir mais longe quanto à informação fornecida ao trabalhador sobre monitorização, transparência e tratamento de dados, e ainda, como o PCP salientou, para impedir que esses dados sirvam para punir, ou mesmo para despedir, trabalhadores.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Também para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Gabriel, do Grupo Parlamentar do Partido Chega. Dispõe de 4 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Relativamente ao tema que o Bloco de Esquerda aqui traz hoje a debate, quero deixar bem claro que teremos toda a dedicação, compromisso e empenho nas justas reivindicações que todos estes homens e mulheres que aqui estão bem merecem da nossa parte, nomeadamente a justa valorização do serviço e a promoção do maior equilíbrio entre as partes intervenientes, sobretudo na redução de 25 % da taxa cobrada pelos operadores — aliás, como já constava no projeto de lei que o Chega aqui apresentou, ainda não fez um ano.

Em maio de 2023, o Chega apresentou aqui um projeto de lei e — pasme-se! — o Bloco de Esquerda votou contra. Mas isto é a habitual hipocrisia do Bloco de Esquerda!

Aplausos do CH.

Isto é a vossa habitual hipocrisia! Instrumentalizar uma classe profissional para dar um sinal de vida é feio e é vergonhoso!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Que aldrabões!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Repito: é feio e vergonhoso!

Aplausos do CH.

Mas, meus caros, vou dizer uma coisa. Sabem que muitos destes profissionais que operam nos TVDE são alvo de exploração de máfias. Mais uma máfia que está cá a operar, vá-se lá saber porquê!...

Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.

Estes imigrantes dormem dentro dos carros. Refiro uma notícia de há pouco tempo em que, numa operação *stop*, o polícia abriu a mala e estava lá uma pessoa a dormir!

É nisto que este País se está a transformar! E este é o país de que vocês gostam!

Aplausos do CH.

É dessa bandalheira que vocês gostam.

Mas há mais, e eu não ficaria bem comigo próprio se não dissesse isto. Meus caros, não fujamos à realidade. Por muito dura que seja, é um erro fugir à realidade. Tenho aqui várias notícias. Uma, de 2023, diz: «Motorista de TVDE sequestra e tenta abusar sexualmente de uma mulher.»

O orador exibiu o documento que mencionou.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Essa é que é essa!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Não insulte os trabalhadores!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Outra, também de 2023: «Crescem denúncias de assédio de motoristas de TVDE.»

O orador exibiu o documento que mencionou.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Não insulte as pessoas!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Outra, ainda, de 2024: «PJ investiga abuso de menor por motorista de TVDE, em Leiria.»

O orador exibiu o documento que mencionou.

Outra, de 2023, que diz: «Os adolescentes têm medo de andar neste tipo de transportes.»

O orador exibiu o documento que mencionou.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há muita coisa que não sei, mas há uma que sei, garantidamente: não é a pintar lábios de vermelho que vamos proteger as nossas mulheres. Não é a pintar lábios de vermelho!

Aplausos do CH.

Portanto, para terminar, meus caros, não me abstraindo do tema central deste debate — ao qual não quis fugir, mas não consegui evitar —, temos de ter um olhar mais macro sobre esta matéria e regulá-la de uma forma mais ampla.

Em conclusão, temos que regular a atividade nas suas várias fragilidades. Temos que dar melhores condições remuneratórias a estes profissionais, e não os instrumentalizar por motivos políticos. Temos que garantir a segurança das nossas mulheres e crianças. Finalmente, temos que acabar de uma vez por todas com esta bandalheira a que vocês deixaram chegar a este setor.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, na medida do possível em que nos possamos tratar por Sr. Deputado e Sr.^a Deputada, mesmo que seja usando «meus caros», penso que valorizávamos o debate democrático.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, caros e caros concidadãos, bem como aqueles que assistem ao debate hoje, nas galerias, em particular as mulheres e homens trabalhadores sobre quem hoje estamos a falar: contem connosco para a vossa luta, que é uma luta justa.

Aplausos do L e do BE.

Há três ideias-chave que já foram discutidas aqui e que para nós são absolutamente essenciais no debate de hoje: a necessidade de regulação, de fiscalização e de proteção laboral.

Isto porque as empresas digitais, estas plataformas que hoje já foram tão gabadas, são gabadas por terem conseguido crescer — diga-se também, em abono da verdade, que são cada vez menos, mais concentradas e com mais poder — e são gabadas por terem conseguido isto a uma velocidade fulgurante. Contudo, num debate em que falamos de transporte, sabemos bem que a velocidade excessiva é perigosa e potencialmente fatal.

Portanto, perante isto, temos duas opções: ou acabar com os limites de velocidade ou fazer com que os limites sejam respeitados. Ora, é esta a nossa linha de ação.

Queremos falar deste excesso e desta ideia que a Iniciativa Liberal nos trouxe, de que a inovação foi a grande razão pela qual estas empresas são o que são hoje, não referindo o facto de as mesmas serem o que são hoje graças a um vazio legal que existia em muitos países, incluindo Portugal, e que urge combater. Portanto, esta é a grande razão, não é a inovação tecnológica que estas empresas trazem.

A Iniciativa Liberal tem razão numa coisa, quando fala da concertação social — tem mesmo, sem qualquer ironia. No entanto, pergunto, quem pode dizer que aquelas mulheres e aqueles homens conseguem olhar nos olhos estas plataformas e enfrentá-las em pé de igualdade, para exigir os seus direitos? Não conseguem! Esta é a realidade e é precisamente por isso que estamos a ter hoje este debate. Mas concordo com a concertação social, assim que haja mais direitos para estes trabalhadores.

Fala-se também de inovação tecnológica, mas falamos de inovação tecnológica esquecendo que ela serve de muito pouco quando traz retrocesso social, quando traz, como está a trazer para cidades como Lisboa, mais congestionamento — e até um não pequeno impacto ambiental associado à mobilidade — e quando traz um retrocesso enorme nos direitos laborais comparativamente com os de outros em condições equivalentes noutros setores.

Protestos da Deputada da IL Joana Cordeiro.

Por conseguinte, se há inovação tecnológica em alguns campos, e haverá, noutros, nomeadamente no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, o que há é uma grande envelhecimento.

Protestos da Deputada da IL Joana Cordeiro.

No que diz respeito, uma vez mais, às políticas tecnológicas e ao modo tão — como é que hei de dizer —, tão otimista como nos foi apresentado pela Iniciativa Liberal, é importante referir que, associada a esta tecnologia, há uma política de dominação e discriminação por parte do algoritmo, que impede que saibamos como são calculados os rendimentos, como são calculados os trajetos propostos a estes trabalhadores, e até como é feito o diálogo entre os trabalhadores e a plataforma.

Protestos dos Deputados da IL Bernardo Blanco e Joana Cordeiro.

Portanto, termino, Sr. Presidente, dizendo que não basta usar a designação «economia de partilha» para que ela o seja, não basta dizer que os trabalhadores são livres para que eles o sejam, o que é preciso mesmo é criar condições dignas para estas mulheres e para estes homens, porque a inovação tecnológica que não vem associada à inovação social será apenas para os mais fortes, e isso, para nós, não basta!

Aplausos do L.

Protestos da IL e contraprotestos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do BE, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Pires.

Protestos da IL e contraprotestos do L.

Sr.^a Deputada, espere um momento, por favor.

Protestos do CH e da IL e contraprotestos do L.

Srs. Deputados, não há diálogo de apartes. Não está previsto no Regimento diálogo de apartes, está bem? E aprecio a autorresponsabilidade dos Srs. Deputados.

Sr.^a Deputada, pode usar da palavra.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Sr.^{as} e Srs. Deputados, como já aqui foi dito, ouvimos dezenas de trabalhadores de plataformas, tanto de estafetas como de motoristas, exceto o TVDE, e, Sr.^a Ministra, temos bem consciência do que estamos a falar. Percebemos as semelhanças, percebemos as diferenças, sabemos o que está em cima da mesa. Ouvimos os relatos na primeira pessoa do que se passa: uma arbitrariedade completa quanto às decisões das plataformas, que tem influência no dia a dia e no salário destas pessoas; ausência de regras; horários de trabalho completamente desumanos para se poder fazer o mínimo — e às vezes nem esse mínimo chega —; fiscalização ineficaz. No caso dos TVDE, uma lei que é uma aberração.

Por isso, queria voltar à questão da «lei TVDE».

Desde 2018, quando essa lei foi aprovada, dissemos que a mesma era uma absoluta aberração. Isto porque a dita inovação que se fez em Portugal com a «lei TVDE» aconteceu porque se fez uma lei exatamente à medida do que as plataformas queriam.

Na verdade — e até se compararmos com os regimes de outros países —, a única inovação que a chamada «lei Uber» nos trouxe foi estabelecer que para se ser parceiro e ter automóveis ao serviço de plataformas é obrigatório constituir uma empresa. Portanto, a lei portuguesa é das únicas que tem a figura do intermediário, o que causa imensas dificuldades aos trabalhadores e às trabalhadoras, neste momento, coisa que não existe noutros países.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, obviamente que a inovação tecnológica não é o cerne deste debate. Este debate tem a ver com direitos fundamentais dos trabalhadores.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Não é, não!

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — O que está neste momento em causa não é uma economia de futuro, mas uma economia selvagem, que está a colocar dezenas de milhares de trabalhadores em situações que achávamos que já deveriam ter terminado há séculos!

Sr. Deputado do Chega, creio que a única coisa que se pode dizer da sua intervenção — não vejo, não sei se estará aqui — é que é uma vergonha que tenha aproveitado vir a este debate para denegrir e insultar todo um conjunto de trabalhadores. Ainda bem que eles cá estão, porque não se esquecerão do que foi aqui dito.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Para vocês as mulheres só são vítimas às vezes!

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Sobre a falsa ideia que a Iniciativa Liberal aqui quis trazer, de que haveria uma contradição com a inovação, Sr.^a Deputada, digo-lhe o que foi dito pelos trabalhadores que hoje aqui vieram. Inovação?! O desespero é tanto que há trabalhadores que continuam a ser absolutamente esmifrados, a trabalhar 16 horas por dia, para retirarem 100 € diários! Não lhes chega para fazer face aos custos. É esta a inovação que a Iniciativa Liberal quer trazer ao nosso País?! Parece que estamos conversados sobre isso.

Sobre a questão da proteção social que foi trazida pelo PSD, dou-lhe um exemplo que nos foi trazido aqui hoje, de um trabalhador que há uns meses acabou por ter um acidente, tendo ficado debaixo de um camião na VCI (Via de Cintura Interna) no Porto. Qual foi a proteção social que este trabalhador teve? Zero!

Protestos do PSD.

Nenhuma, porque o regime destes trabalhadores não permite que tenham essa proteção social.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Tem de perguntar ao PS!

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Para terminar, Sr.^a Ministra, volto à questão da presunção de laboralidade. A Sr.^a Ministra pode não gostar do que está na lei, nomeadamente no n.º 12, mas o Governo tem de fazer cumprir a lei.

Portanto, pergunto-lhe, novamente: vai fazer cumprir a lei para que a «lei TVDE» se adapte ao que está neste momento na lei do trabalho, nomeadamente sobre a presunção de laboralidade?

A única coisa que percebemos da sua intervenção é que, por si, nem sequer há presunção de laboralidade em momento nenhum.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Para o Bloco, as mulheres só são vítimas às vezes!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar da IL, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Para o Bloco, há vítimas de 1.^a e vítimas de 2.^a!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, tenho que começar por responder ao Sr. Deputado Nuno Gabriel, do Chega, e a alguns apartes que aqui ouvimos.

Não contem com a IL para uma culpabilização coletiva de todo um setor de mulheres e homens que se fartam de trabalhar para ter uma vida melhor, apenas para passarem a vossa agenda, que é constante, de estar permanentemente a pôr uns contra os outros!

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não é coletiva!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sim, não contem com a Iniciativa Liberal para isso!

Aplausos da IL.

Continuando, neste debate ficou claro da parte do Bloco de Esquerda o ataque direto a um dos setores mais inovadores da nossa sociedade, que mais tecnologia incorporou na nossa economia e que mais empresas e empregos criou.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Que caricatura ridícula!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Aquilo que propõem, como sempre, é mais do mesmo, regressar ao passado e impedir o progresso.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Isso é uma caricatura! Não é real!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Isto é mais ou menos o mesmo que sermos contra os motores de busca porque prejudicam a atividade das bibliotecas.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, vou interrompê-la só um segundo.

Peço que os vários diálogos que estão a acontecer no Hemiciclo possam parar, porque o seu conjunto faz ruído e não se consegue ouvir a Sr.^a Deputada.

Faça favor de continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Mas, sim, ainda há muito a fazer na adaptação da nossa legislação à realidade dos serviços das plataformas. Sim, é preciso equilibrar os interesses dos clientes e dos trabalhadores. E sim, é preciso responder a muitas das várias reivindicações.

Contudo, importa dizer que, neste debate, o Bloco de Esquerda só menciona as reivindicações que mais lhes convêm. Não menciona, por exemplo, que a tarifa fixa prejudica a remuneração dos trabalhadores em caso de alteração das condições da viagem.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Não menciona, por exemplo, a oposição dos trabalhadores à limitação das tarifas dinâmicas, que mais não fazem do que recompensar os motoristas pela lei da oferta e da procura. Não menciona a injustiça que é o fim dos mecanismos de avaliação dos utilizadores por parte dos motoristas, retirando incentivos à sua própria segurança. Não menciona a oposição dos trabalhadores à imposição dos contingentes municipais, à semelhança do que existe para os táxis, que destruiriam por completo toda a atividade dos TVDE, assim como têm destruído a atividade dos táxis, que está estagnada há demasiado tempo.

Aplausos da IL.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Tem de ouvir melhor os trabalhadores!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Não menciona — e aqui também uma resposta à Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre — que as proibições discricionárias à circulação dos veículos TVDE nos centros das cidades e não de todos os outros prejudicam gravemente tanto os prestadores como os clientes e obviamente encorajam o uso do carro particular.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, se querem uma reforma séria do setor, acompanhem a ideia da Iniciativa Liberal para um regime único para o transporte de passageiros em veículo particular, sem contingentes, sem restrições arbitrárias à liberdade comercial, sem intervenções administrativas nos preços, sem limitações à publicidade nos veículos...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sem direito à greve!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): —... e com condições equitativas para todos, quer à entrada, quer na operação, garantindo competitividade aos táxis e concorrência leal, tanto de um lado como do outro.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

É isso, Srs. Deputados, que recomenda a União Europeia, e é esse o caminho a seguir para acabar com o conflito existente, que não tem outra origem senão numa legislação desequilibrada e sustentada nos caprichos do legislador.

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Vou mesmo terminar, Sr. Presidente.

Façamos este caminho e veremos que podemos mesmo — ao contrário da visão das bancadas mais radicais — viver num país onde todos sabem com o que contar, onde todos podem ganhar,...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... onde todos podem inovar e onde todos têm oportunidades de melhorar a sua vida.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, muito obrigado. Está clara a sua ideia.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — É esta a visão da Iniciativa Liberal.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real. Pedia o favor de darem condições para se ouvir a Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente: Não posso deixar de dizer que nós não partilhamos do preconceito que forças políticas como o Chega aqui querem impor sobre classes como os profissionais da Uber,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... isto porque, no coletivo, teremos sempre situações de insegurança que têm de ser retratadas como tal, mas isso não significa estar a estigmatizar toda uma classe de trabalhadores que precisam de ser não só apoiados, como de ter condições de vida no nosso País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é demagogia!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Ministra, há pouco coloquei a questão relativamente à reunião dos Ministros do Emprego e Assuntos Sociais, e gostaria, efetivamente, que depois nos desse um maior desenvolvimento.

Mas há ainda uma outra questão que importa esclarecer: recentemente, em novembro passado, tínhamos a informação de que estavam em curso 1000 ações de reconhecimento dos contratos de trabalho destes trabalhadores e gostaríamos de saber se atualmente já tem informação de quantos destes contratos de trabalho é que já decorreram, passados todos estes meses. O que é que tem sido feito e qual o resultado desta iniciativa?

Sabemos que está no início de assumir a pasta, mas de qualquer maneira é importante termos uma perspetiva sobre se estão marcadas reuniões com o setor, até porque não nos podemos esquecer que havia a reivindicação de um aumento, com o pagamento mínimo de 3 € por entrega, e também um aumento da remuneração por quilómetro percorrido, para também passarem a ter mais segurança na atividade laboral.

É disso que falamos: de que quer os utilizadores, quer os trabalhadores possam ambos ter segurança, para que possamos ter uma sociedade que acompanha a digitalização e as novas formas de entrega, sem hipocrisia, porque, certamente, aqueles que a criticam também são, se calhar, os mesmos que a utilizam e, acima de tudo, para termos as condições laborais para os trabalhadores.

O Sr. **Presidente**: — Relembro que vamos ter votações, e enquanto relembro que vamos ter votações também relembro que não tenho inscrições.

Pausa.

Não sei se a Sr.^a Ministra deseja usar da palavra.

Pausa.

Ah, bem me parecia: quando o telefone toca, significa que há disco pedido.

Tem, pois, a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Santos, do Partido Social Democrata. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me, nesta que é a minha primeira intervenção na Casa da democracia, que comece por endereçar votos de um bom mandato a todas e a todos os eleitos, e também aos membros do Governo. Certamente, o nosso sucesso coletivo será o sucesso de Portugal, e se há coisa que nos une a todos, da esquerda à direita, é querermos todos o melhor para Portugal e para os portugueses.

Estamos hoje a discutir um tema da atualidade e um tema que merece a nossa melhor atenção e cuidado. Aliás, como todos os temas, tem que ver com a dignidade da pessoa humana, em que naturalmente se incluem as condições laborais dos cidadãos.

Em primeiro lugar, quero demonstrar, em nome da bancada do Partido Social Democrata, a nossa total solidariedade com estas respeitáveis reivindicações dos motoristas de TVDE e estafetas, e quero reiterar o compromisso do PSD em trabalhar afincadamente para que estas mulheres e estes homens possam ter melhores condições laborais e possam ter melhores condições de vida.

Aplausos do PSD.

Hoje, deparamo-nos com mais um desafio. Aliás, mais um problema. Desde que tomámos posse neste mandato que, debate após debate, o que se debate nesta Casa são problemas — problemas que o Partido Socialista criou nos últimos oito anos ou problemas que foi incapaz de resolver nos últimos oito anos.

Aplausos do PSD.

Focando-me no tema em concreto, precisamos de encarar a realidade. Porventura, já todos nós utilizámos um TVDE ou encomendámos comida que foi entregue por um estafeta nas nossas casas. É uma realidade com a qual temos de lidar. É uma realidade que não vale a pena negar. É uma realidade que não vale a pena rejeitar. Cabe-nos a nós, enquanto decisores, procurar conciliar de forma harmoniosa esta relação entre plataformas digitais, operadores, prestadores de serviços e trabalhadores. Não queremos, nunca vamos querer, colocar uns contra os outros, como os extremos desta Assembleia gostam muitas vezes de fazer. Nós queremos que possa haver uma relação harmoniosa entre todos.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Não há dúvida que temos de encontrar mecanismos de proteção laboral e social para dar aos trabalhadores e aos estafetas, dignos de um país europeu do século XXI.

Obviamente, também não queremos que tais plataformas deixem o nosso País, porque isso também significaria centenas — quiçá milhares! — de novos desempregados e uma negação de novas dinâmicas de mobilidade e até de novas dinâmicas sociais.

A verdade é que temos uma lei, a Lei n.º 45/2018, que regula a atividade TVDE entre as plataformas e os operadores pessoas coletivas. Mas, por outro lado, o Partido Socialista decidiu acrescentar o vocábulo «digna» à suposta Agenda do Trabalho, esquecendo-se de fazer jus ao nome. Ou seja, não foi por lhe chamar «digna» que essa suposta agenda veio resolver os desafios que se colocam, no dia de hoje, no mundo laboral. No que respeita aos motoristas TVDE, essa incompetência também se verificou.

Quis o PS — diga-se, aliás, com os contributos do Bloco de Esquerda — aditar ao Código do Trabalho o artigo 12.º-A...

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — É verdade, com muito orgulho!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... que veio acrescentar à presunção de contrato de trabalho já existente novas presunções relativas à atividade aqui em discussão.

Protestos do Deputado do BE José Moura Soeiro.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — E resolveram o problema? Não, não resolveram!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Ora, para além dessa redação infeliz, complexa e confusa...

Protestos do Deputado do BE José Moura Soeiro.

Tem de ouvir, Sr. Deputado, tem de ouvir!

Para além dessa redação infeliz, a sua aplicabilidade pode acarretar imbróglis jurídicos que em nada vêm resolver o problema.

A título de exemplo, trago aqui uma reportagem de janeiro de 2023, do *SAP024*, que diz o seguinte: «TVDE: a lei mudou para promover o “trabalho digno”, mas ninguém ficou satisfeito». E essa é a realidade que temos ao dia de hoje.

O mais sensato seria ter feito aquilo que o PSD queria à data, isto é, ouvir a concertação social e aguardar pela diretiva europeia que estava na calha, como o PSD sempre defendeu. E o tempo, mais uma vez, veio dar razão ao PSD, já que a 11 de março deste ano foi obtido o acordo entre o Conselho, em que esteve presente a anterior Ministra socialista da pasta, e o Parlamento Europeu para o texto final da diretiva que vem regular estas matérias. Da análise do texto desta nova diretiva, conclui-se que este artigo 12.º-A nada veio resolver. Foi mais uma precipitação socialista de fazer de conta que resolvia, quando na prática nada resolveu.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, partilho convosco uma reflexão que faço continuamente: acho que o País não precisa de mais legislação.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Então, assim, não se mexe!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — O País precisa, isso sim, de boa legislação, porque, mais do que boas intenções, precisamos de efetivas soluções.

Para terminar, Sr.^a Ministra, o Programa do Governo refere, na página 29, o seguinte: «Para tornar a Segurança Social mais inclusiva e universal, é importante adotar medidas de convergência entre os direitos à proteção social dos trabalhadores independentes e economicamente dependentes com o regime dos trabalhadores por conta de outrem, no que diz respeito à proteção no desemprego, doença, maternidade, paternidade e reforma.»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Para concluir, Sr. Presidente, a questão que faço à Sr.^a Ministra é se esta medida, esta proposta do Governo pode vir a dar resposta ao que hoje aqui se trata para construirmos uma sociedade cada vez mais próspera e justa como o PSD preconiza.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Ribeiro, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra, Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que propôs este debate de atualidade, cometeu logo um erro à partida com o título do debate. Aliás, isso é normal, para quem conhece isto só na ótica do utilizador e não conhece o mundo dos transportes noutra ótica.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Não é «Muito km para pouco dinheiro», mas muito trabalho por pouco dinheiro. A primeira questão que devemos colocar é se os profissionais devem ser remunerados pelos quilómetros que fazem, pelas entregas que fazem, ou se devem ser remunerados pelo trabalho realizado efetivamente. E entenda-se «trabalho» como estar à espera que caia um serviço, pois, na prática, se um estafeta ou um motorista tiver um dia inteiro sem fazer um único serviço, ganha zero euros, mas esteve o dia todo a trabalhar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Por vezes, a solução para problemas novos já existe em realidades antigas. Precisa é de ser adaptada a esta nova realidade. Ora vejamos: é do conhecimento geral que quando apanhamos um táxi é cobrado o preço ao quilómetro, mas também é cobrado um preço pelo tempo, porque a viagem tem imprevistos, tem trânsito, tem acidentes, tem as condições climatéricas, tem tempo de espera. Nas plataformas digitais, os valores estão definidos à partida. Isto é muito bom para o cliente, mas deixa claramente os estafetas e motoristas numa situação de tremenda fragilidade.

O Chega, como já foi dito aqui, apresentou uma proposta de lei que foi chumbada e essa proposta legislativa propunha melhores condições laborais para os motoristas e estafetas, tanto no respeito a remunerações como a direitos laborais. O que é que fizeram os outros partidos? Chumbaram!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Para terminar, Sr. Presidente — e é a primeira vez que estou a falar em Plenário —,...

Risos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Não sabia. Tem a tolerância de debutante.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — ... queria dizer que há claramente um partido preocupado com a solução para estes milhares de profissionais e há outros que só querem navegar à onda da experiência mediática.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — De seguida, tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Ana Bernardo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem disponíveis 5 minutos.

A Sr.^a **Ana Bernardo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queria saudar o Bloco de Esquerda pelo tema que nos traz hoje. É inequivocamente um assunto de grande relevância para todos — para a economia, mas, especialmente, para os milhares de trabalhadores que aqui exercem a sua profissão, alguns dos quais estão hoje connosco, nas galerias, e que saudamos.

São formas de trabalho que colocam novos desafios e necessidades, e respostas acrescidas. Foi para dar resposta àqueles desafios e para suprir a falta de regulamentação e desproteção dos trabalhadores nas novas formas de trabalho que o Governo socialista apresentou, nomeadamente, a Agenda do Trabalho Digno, regulando matérias e áreas, como o trabalho nas plataformas, mas, como já aqui foi dito, a utilização de algoritmos ou o teletrabalho.

Não nos revemos em afirmações como as que constam do Programa do Governo — e que a Sr.^a Ministra já aqui nos deixou —, ou seja, de que a nossa legislação laboral continua firmemente ancorada em modelos tradicionais de trabalho, tendo dificuldade em enfrentar os desafios do trabalho na era digital.

Certamente que não podemos conformar as relações de trabalho das novas formas às relações tradicionais, contudo, não podemos é permitir que estas atividades e que as grandes empresas, ao abrigo das novas tecnologias, não respeitem os nossos direitos.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Bernardo** (PS): — Falo de direitos sociais, direitos dos trabalhadores, proteção social, inclusivamente compromissos fiscais.

Recordo que, já em 2018, foi o Partido Socialista que lançou a regulamentação das plataformas de transporte, garantindo e regulando o seu funcionamento e defendendo, nomeadamente, os consumidores. Nesse momento, abriu-se logo uma pequena porta para a regulação do estatuto de muitos destes trabalhadores. Foi uma porta que, friso, se escancarou por via da aprovação da Agenda do Trabalho Digno. E foi com esta agenda que o combate à precariedade laboral dos trabalhadores das plataformas e da sua proteção social registou os seus progressos mais significativos.

Também não posso deixar de dar uma nota quanto ao contributo que alguns grupos parlamentares, nomeadamente o Bloco de Esquerda, tiveram para as alterações introduzidas nesta matéria. A presunção do contrato de trabalho no âmbito da plataforma digital, com responsabilização das empresas e o elencar dos indícios de laboralidade — que foram estabelecidos na Agenda —, possibilitam, hoje, o reconhecimento da existência de uma relação de trabalho e, conseqüentemente, dos direitos laborais e sociais a eles associados.

Ainda assim, permitam-me que recorde as posições assumidas pelos vários partidos. Os partidos à nossa esquerda consideraram globalmente a Agenda insuficiente e votaram contra. A nossa direita também votou contra, pois considerava que era preciso ponderação e que não era o tempo para avançar. Diga-se, aliás, que para a direita o tempo para reforçar direitos dos trabalhadores parece nunca existir e que o funcionamento desregulado dos mercados é sempre bem-vindo.

Aplausos do PS.

Aliás, o Programa do Governo do PSD aponta para essa desregulação e para a redução da proteção dos trabalhadores, invertendo — ou, pelo menos, parecendo inverter — o caminho que se foi fazendo nos últimos anos.

A solução do PS foi sempre a de reforçar direitos, melhorar a proteção, melhorar rendimentos. A solução do PSD parece ser, uma vez mais, a de reduzir a proteção e de aumentar a segmentação.

No que concerne concretamente aos trabalhadores das plataformas, importa ter presente que a realidade confirma já que tínhamos razão quando apresentámos estas alterações, ainda que só tenha passado um ano. Tínhamos razão na regulação da atividade económica, tínhamos razão quanto às alterações ao trabalho das plataformas, tínhamos razão com o reforço dos poderes da Autoridade para as Condições do Trabalho, incluídas nesta Agenda. Tínhamos razão e temos razão em defender e em continuar a defender a Agenda do Trabalho Digno.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Bernardo** (PS): — Que o digam, aliás, os milhares de trabalhadores precários, nomeadamente os trabalhadores das plataformas, que começam já hoje a ver reconhecido o seu verdadeiro estatuto,...

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Ana Bernardo** (PS): — ... a ver dignificado o seu trabalho e a ver reforçada a sua proteção social.

A intervenção da ACT, as notificações recebidas por milhares de empregadores e as decisões dos tribunais a favor destes trabalhadores já não deixam dúvidas. Estamos cientes de que há passos a dar para assegurar melhores direitos, adequada fiscalização e melhor regulação da atividade. Precisamente porque sabíamos isso e continuamos a saber, introduzimos no nosso programa eleitoral a necessidade de aprofundar a proteção social dos trabalhadores das plataformas digitais, em sede de concertação social.

O PS valoriza a concertação social, o PS respeita a concertação social, mas respeitamo-la sempre e não apenas quando nos dá jeito. Portanto, creio que — e para concluir, Sr. Presidente — os portugueses e, em particular, os trabalhadores das plataformas e as suas famílias sabem que podem continuar a contar com o Partido Socialista, agora na oposição, para continuar a defender melhor a proteção social e laboral destes trabalhadores.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para usar da palavra e encerrar a segunda ronda do debate, tem a palavra a Sr.^a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados: Agradeço as questões que colocaram agora, nesta segunda ronda, e que me dão a oportunidade para voltar um pouco atrás, respondendo a algumas que foram colocadas na primeira ronda, às quais, por má gestão do tempo, não consegui responder.

Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, agradeço as suas questões, tanto da primeira como da segunda ronda. Estamos de acordo em absoluto que, de facto, a presunção do artigo 12.^o-A está mal feita. Concordo integralmente com o que disse e, na verdade, está mal feita porque talvez o mesmo se conseguisse com a presunção geral que o Código já lá tem e que, por exemplo, não refere questões como a titularidade da bicicleta ou do instrumento de trabalho. Podemos perfeitamente aplicá-la aí, e os tribunais já muitas vezes têm prescindido desses elementos para, apesar de tudo, reconhecer a existência de contrato de trabalho.

Também a este propósito, queria responder mais concretamente ao Sr. Deputado José Soeiro e à Sr.^a Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda, quanto à aplicabilidade da presunção do artigo 12.^o-A aos motoristas. Pareceu-me que tinha entendido que eu defendi aqui que, na verdade, não se podia aplicar e de facto há uma norma nesse artigo 12.^o-A, que é o n.º 12, se não me engano, que manda aplicar aos motoristas. Os Srs. Deputados têm razão: manda aplicar.

Como sabem, essa norma foi lá colocada numa fase muitíssimo tardia da discussão legislativa, falámos sobre ela noutras alturas, porque justamente se levantou essa dúvida. O Partido Socialista entendeu que, tendo legislado mal a lei do TVDE, apesar de tudo, não valia a pena mexer nessa lei. Portanto, criou aqui um problema complexo em que havia duas leis e, aparentemente, uma delas dificultava a aplicação da outra. E, desse modo, pôs-se lá esse artigo.

Sr. Deputado, na verdade, a lei permite a consolidação do contrato de trabalho com o operador de TVDE muito mais facilmente do que com a plataforma. E esse problema foi colocado pelo 12.^o-A e, nomeadamente, por esse n.º 12 do artigo 12.^o-A, e a prová-lo está a forma como a ACT tem conseguido fazer os seus processos de inspeção.

Sobre isto, agradeço a pergunta da Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que justamente me permite responder a tal. A ACT levantou mais de 1000 autos relativamente ao artigo 12.^o-A, quanto a estafetas. Desses 12 autos, 884 transformaram-se, no final, em autos de notícia e, portanto, seguiram para tribunal. Todavia, só levantou 14 autos de notícia em relação a motoristas TVDE, dos quais apenas 5 relativos ao artigo 12.^o-A. Ou seja, estes dados, que são dados que nós obtivemos aqui e que decorrem de um ano, mais ou menos, pouco menos, oito meses, de aplicação do artigo 12.^o-A pelas autoridades, demonstram como ele é muito mais difícil de aplicar aos motoristas do que, de facto, aos estafetas.

Há aqui alguma coisa que não está, efetivamente, a correr bem. Não tenho, devo dizer, nada contra o funcionamento das presunções, elas funcionam em Portugal há muito tempo. A primeira presunção de contrato de trabalho em Portugal é de 2003, como sabem, ou seja, instituída num Código do Trabalho, que foi aprovado por quem estava no Governo em 2003, ou seja, o PSD e o CDS. Era quem estava lá!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O trabalhador é uma parte frágil do vínculo. Não sei se em todos os casos será escravo, diria que talvez não, mas é uma parte frágil do vínculo e, portanto, a presunção faz sentido para o trabalhador. Foi por isso que ela lá foi colocada. Além disso, a presunção inverte o ónus da prova, mas tem de funcionar com razoabilidade.

Neste momento, algumas das ações suscitadas pela ACT já chegaram ao tribunal e posso dar conta — fiz esse trabalho de casa — de algumas sentenças que temos. Temos uma sentença da Comarca de Lisboa, considerando que há, de facto, um contrato de trabalho. Acontece que a ré não foi notificada, porque houve um engano e foi notificada outra plataforma e, portanto, esta sentença, enfim, não terá um grande caminho prático. Depois, temos quatro processos apensos numa sentença de Castelo Branco, mais dois em processos da Covilhã, também favoráveis a qualificação como contrato de trabalho. Também temos uma sentença contra a qualificação, no caso de estafetas — tudo isto é sobre estafetas — de Faro, que abrange 26 casos apensos. Ou

seja, a justiça está a funcionar no sentido normal, umas vezes considera que há, outras vezes considera que não há. Não há aqui nada de especial.

Não queria deixar de dizer, repetindo a minha intervenção inicial, que o Governo vai visitar efetivamente a Agenda do Trabalho Digno, que o Programa do Governo não aponta para nenhum retrocesso nesta matéria, aponta, sim, para a necessidade de trabalhar esta matéria, aliás, como outras, com a concertação social — mas na íntegra, não é aquilo que o PS fez, indo lá à concertação social, peço desculpa pelo termo, «para inglês ver» e depois de falar com a concertação social pôs aqui muitas coisas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Entramos, agora, na fase de encerramento do debate. Tem a palavra o Governo, que dispõe de 5 minutos para a intervenção de encerramento, e depois terá a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, fechando, assim, o debate.

Faça favor, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Sr. Presidente: Queria agradecer as perguntas e o diálogo franco e aberto que tivemos aqui, o qual retomarei sempre que os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas entendam necessário.

Queria reiterar três ou quatro pontos, sinteticamente.

Primeiro, o Governo não tem qualquer filosofia persecutória em relação às atividades económicas de plataforma e às modalidades de trabalho que elas envolvem. Trata-se de uma atividade económica relevante para as pessoas, que é aquilo que nos preocupa.

Segundo, quero reconhecer que o trabalho envolvido nestes modelos de negócio pode ser trabalho por conta do outrem ou não. Mesmo que seja trabalho por conta de outrem, é diferente do trabalho por conta de outrem tradicional. Mas também pode ser trabalho autónomo ou trabalho economicamente dependente. Para o Governo, todas estas formas de trabalho são admissíveis e legítimas. Devem, contudo, ser olhadas de forma aberta, adaptando o sistema jurídico à realidade, em vez de procurar adaptar a realidade ao sistema.

Em termos de medidas concretas relativamente a este tema, gostava de dizer que, passado um ano sobre a última reforma laboral, importa refletir sobre ela globalmente e importa refletir, designadamente, sobre a presunção de laboralidade do artigo 12.º-A do Código, por três motivos. Primeiro, não foi objeto de debate na concertação social. Segundo, foi prematura, tendo em conta que se inspirou numa norma de uma proposta de diretiva que ainda estava em discussão à época, que, na verdade, ainda está em discussão, e cuja redação foi bloqueada várias vezes. Aliás, chamo a atenção porque a última versão desta proposta aprovada designa-se «texto de compromisso final na perspetiva de um acordo pelo Conselho», e eu julgo que esta designação é, em si mesma, ilustrativa de quão embrionário isto continua a estar. Já a presunção, neste texto, é profundamente diferente do texto anterior e foi subscrita, esta última, ainda pelo Governo anterior, nem sequer foi por nós. Naturalmente, temos de fazer a devida reflexão. Terceiro, impõe-se visitar esta norma, porque é uma norma muito confusa do ponto de vista técnico, como já se viu pela sua aplicação prática. E, claro, é uma reapreciação a fazer em sede de concertação social.

Relativamente aos motoristas TVDE — e respondendo a algumas perguntas feitas —, vamos, de imediato, dinamizar ações inspetivas da ACT para verificação do tipo de vínculo que os motoristas têm com a plataforma ou com o operador de plataforma e quais as suas condições de trabalho, independentemente do tipo de vínculo que tenham, num caso ou noutro.

Vamos olhar outra vez para a lei do TVDE, não apenas na perspetiva de avaliar as condições de acesso e de exercício a esta atividade, mas também na perspetiva de assegurar que este serviço é prestado em condições de segurança e de confiabilidade para as pessoas. Volto a dizer, sendo esta uma matéria de competência partilhada entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e outros ministérios, ela será objeto de uma análise transversal, que pode até partir do relatório de avaliação da implementação da lei, feito pelo IMT, e publicado ontem.

Relativamente aos estafetas, vamos manter as ações inspetivas da ACT nesta matéria para efeitos de verificação da posição de laboralidade, mas também para efeitos de verificar se há situações de dependência económica, porque também pode ser relevante neste caso.

Quanto às duas categorias, quando não haja contrato de trabalho e em prossecução do Programa do Governo na parte da convergência entre o regime de proteção social de trabalhadores economicamente dependentes e subordinado, vamos também olhar nesse prisma.

Aproveito ainda — e pedia ao Sr. Presidente apenas 30 segundos de tolerância — para comunicar às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados que, em cumprimento do objetivo programático de retomar um diálogo leal e construtivo com a concertação social, o Governo já determinou a marcação da primeira reunião do Conselho Permanente de Concertação Social, que terá lugar no próximo dia 3 de maio. De facto, a concertação social foi negligenciada...

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Não! Não!

A Sr.^a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — ... no passado e agora impõe-se que deixe de o ser.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para encerrar, dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero começar por saudar todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, as que aqui estão e os que aqui estão na galeria e também os que nos acompanham. Vocês têm razão, continuem. Se hoje há este debate é porque se têm mobilizado, porque têm saído à rua. Vocês têm a razão do vosso lado, continuem. A justiça pode tardar, mas ela far-se-á, e este debate é sinal disso.

Este país vai valorizar a vossa atividade profissional, aquilo que vocês fazem, porque tornou-se essencial para a vida de tanta gente, para tanta gente se deslocar, para tanta gente jantar, almoçar, ter acesso a bens básicos. Nós não ignoramos a vossa condição, não achamos que vocês são falsos empresários; nós ouvimos-vos, queremos fazer um caminho conjunto, ouvimos, escutamos e lemos.

Este debate é um primeiro passo. O segundo passo será aquele em que a Assembleia da República debaterá o projeto de resolução que hoje apresentámos, para que este Parlamento se pronuncie sobre a fixação de valores absolutos para as tarifas-base, no mínimo de 3 € e de 0,70 €/km, e que se estabeleça a taxa de intermediação máxima nos 15 %. A Uber não se pode encher à custa do esforço do vosso suor, da vossa dignidade.

Aplausos do BE.

Sim, o salário tem de dar para a vida, e esse é um princípio do qual nunca desistiremos. É para isso que vocês cá estão e que nós cá estamos, mas também para o garantir, porque a empresa pode operar num contexto altamente tecnológico e com algoritmo, mas ela distribui lucros, tem acionistas, tem conselho de administração, portanto tem de ter rosto.

Em cada um dos distritos de Portugal tem de haver um estabelecimento para vocês baterem à porta. Sim, vocês, como qualquer pessoa que trabalhe, devem poder falar diretamente com o vosso empregador. Vocês não são menos gente por trabalharem para a Uber ou para a Glovo, são gente inteira, e a gente inteira assiste direitos inteiros. É assim que vai ser, porque foi para isso que vocês nos elegeram.

Aplausos do BE.

Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

Quero saudar também todas as Deputadas e todos os Deputados, da esquerda à direita, que sabem fazer este debate num contexto do consenso dos direitos humanos e que sabem que é a partir dos direitos humanos que nos desentendemos e esgrimimos argumentos, e não por causa dos direitos humanos que divergimos.

Há, no entanto, momentos neste debate em que nos perguntamos como votariam as bancadas da direita se neste Parlamento se estivesse a votar a igualdade salarial, o direito a férias, o fim do trabalho infantil, a existência da segurança social pública, o horário de trabalho de 8 horas, a existência de proteção no desemprego e na doença, tudo inovações jurídicas feitas em contexto de revolução da economia. Em todos esses momentos existiram vozes liberais a dizer que isto destruiria a atividade económica,...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Menos!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... que eram visões incompatíveis com a economia. Isso está errado!

O que vocês, motoristas e estafetas, fazem não é dizer que querem bloquear a economia realmente existente; muito pelo contrário, é dizer como é que essa economia se deve organizar.

Nós não somos inimigos de inovação. Os inimigos da inovação, da tecnologia, da modernidade e da sua incorporação na nossa economia são quem entende que isso é incompatível com uma vida melhor. Não é! É perfeitamente compatível com uma vida melhor.

Destrutivo é a precariedade, é o salário não dar para a vida, é trabalhar 16 horas por dia,...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — É!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... é o *burnout*, é o excesso de trabalho,...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Claro!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... é, Sr.^{as} e Srs. Deputados, trabalhar para a Uber e para a Glovo e estar em situação de sem-abrigo.

É a violência dos nossos tempos que temos de controlar.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Fala dos imigrantes ilegais!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Este é um debate entre democracia e autoritarismo. É sobre se encaramos o futuro — a era da tecnologia, do algoritmo, do *smartphone* — com a certeza de podermos viver melhor ou se desistimos do futuro e, como referência das regras do passado, achamos que por a tecnologia ser nova temos de viver pior.

E, não, nunca houve tantas condições para vivermos melhor, para trabalharmos menos horas, para trabalharmos menos dias por semana.

Vozes do CH: — Ah!...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Está explicado! Não queres é trabalhar!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É assim que nós, todas e todos, vamos encarar o desafio do século xxi: viver melhor, trabalhar menos, dignidade para toda a gente.

Podem contar connosco. Não desistam da vossa luta, porque ela é a nossa.

Aplausos do BE e do Deputado do L Jorge Pinto.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, está assim encerrado este debate.

Temos todo gosto em que o Governo continue connosco, mas se quiser pode ausentar-se. Agradecemos mais uma vez a disponibilidade e desejamos bom trabalho.

Pausa.

O segundo ponto da nossa ordem de trabalhos tem a ver com a votação do Projeto de Deliberação n.º 2/XVI/1.^a (PAR) — Concessão de processo de urgência, que é relativo à proposta de lei formulada pelo Governo que altera o Código de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Nos termos regimentais, para que possa acontecer, esta concessão de urgência tem de ser submetida à votação do Plenário, por proposta do Presidente da Assembleia da República. Portanto, na Conferência de Líderes foi consensualizado que assim fosse, e é esse o projeto de deliberação que coloco à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Antes de terminar — fiz uma ronda por todos os grupos parlamentares para colocar isto à consideração, tendo o acordo, para já, das direções —, gostava de dizer que, amanhã, o nosso debate tem uma grelha cuja duração, mesmo com a tolerância das tolerâncias que tem sido dada,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sem semáforo!

O Sr. **Presidente**: — ... não prevejo que esgote mais do que 1 hora e meia, no máximo.

Para manter as votações às 12 horas, como acho que devem ser mantidas, porque muitos Srs. Deputados planeiam a sua vida em função disso, eu estava a verificar se, em vez de começarmos às 10 horas, seria possível começarmos às 10 horas e 30 minutos a nossa sessão plenária, e com isso não teríamos a interrupção de um intervalo antes da votação.

Se estiverem todos de acordo, o Plenário de amanhã começaria às 10 horas e 30 minutos.

Pausa.

Fica assim, então, acordado.

A ordem do dia para amanhã consta, precisamente, dos inquéritos parlamentares, requeridos pelo Bloco de Esquerda e pelo PAN, relativamente à atuação do regulador no âmbito da reestruturação acionista da Global Media e das votações regimentais, ao meio-dia.

Está tudo bem entendido?

Então, está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 11 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.